Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 110

Poder Legislativo

Recife, quarta-feira, 29 de junho de 2005

# Comissão Especial recebe as principais queixas contra a Celpe

Erro na leitura de consumo e cobrança indevida lideram a lista de reclamações

árias entidades de defesa do consumidor foram ouvidas, ontem, durante a audiência pública promovida pela Comissão Especial que analisa o reajuste de energia elétrica no Estado. As instituições apresentaram as principais irregularidades cometidas pela Celpe e defenderam a melhoria da qualidade dos serviços. Entre as principais reclamações, estão queda de energia, cobrança indevida, erro de leitura do consumo, corte de energia sem aviso prévio, demora no atendimento de solicitações e a forma de abordagem dos técnicos nas residências.

"A intenção da reunião é combater os abusos cometidos pela companhia", destacou o presidente do colegiado, deputado Sérgio Leite



ANEEL - Sérgio Leite disse que Agência descumpre acordo sobre a Termopernambuco

(PT). O presidente-executivo da Associação Brasileira de Consumidores de Energia Elétrica, Afrânio Barbosa, in-

formou que 80% das reclamações recebidas pela instituição são relativas a erros no registro do consumo. Segun-

do ele, o problema acontece por causa de falhas nos medidores. "Qualquer consumidor pode solicitar a análise do

aparelho, mas os laudos emitidos pela Celpe não adotam os critérios estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), consequentemente, não dá para confiar na veracidade da análise", destacou.

A Agência Reguladora de Pernambuco (Arpe) registrou, este ano, 150 queixas contra a Celpe. "Na maioria dos casos o consumidor sempre está com a razão", ressaltou o ouvidor da agência Sebastião Ribeiro, informando que a população deve registrar as queixas no número 0800.28.3844.

A diretora do Procon Recife, Cleide Torres, disse que o Governo "não garante a qualidade dos serviços da companhia". "A Celpe já ultrapassou a Telemar em número de reclamações", acrescentou. Para o diretor do Procon Estadual, Reniê Coelho, a Comissão Especial deveria se tornar permanente para garantir a qualidade do trabalho de diversos prestadores de servicos. "É importante a formulação de uma política que garanta a solução dos problemas", enfatizou.

Durante a audiência, Sérgio Leite ainda informou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) não publicou a portaria determinando que a Celpe só compre energia da Termopernambuco por R\$ 57,00 megawatt/hora. "A empresa continua adquirindo o produto por R\$ 137,00, provocando o acúmulo de débitos e burlando a decisão judicial", destacou. No dia 10 de julho a Comissão apresentará o relatório final das atividades.

# Educação

# Justiça aprova liberação de R\$ 28 milhões

A área educacional do Estado deverá receber um reforço de R\$ 28 milhões. Ontem, a Comissão de Justiça da Assembléia Legislativa aprovou o Projeto de Lei Ordinária nº 1000/05, de autoria do Poder Executivo autorizando uma abertura de crédito ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Secretaria de Educação e Cultura.

Os recursos, provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro, por meio do Fundo de Participação dos Estados, visam melhorar e expandir a rede escolar. "É um projeto importante que beneficia, de

modo geral, a rede escolar. Os recursos advêm do excesso de arrecadação, o que é bom para o Estado", acrescentou o relator do projeto no colegiado, deputado José Queiroz (PDT).

Os parlamentares ainda apreciaram outras três matérias. O Projeto de Lei nº 985/05, da deputada Malba Lucena (PTB), que prevê o internamento de pacientes em estado grave na rede privada de hospitais, no caso de não existirem vagas na rede pública, foi um dos rejeitados. De acordo com o relator, deputado Bruno Araújo (PSDB), a matéria é inconstitucional por acarretar despesas ao Poder Executivo.

A Comissão também apreciou 11 subemendas, três à proposição nº 954/05, uma à de nº 955/05, ambas do Tribunal de Contas do Estado (TCE), e sete ao Projeto nº 976/05, que trata de modificações no Plano de Cargos e Carreiras do Tribunal de Justiça. "A reunião foi positiva, com a análise, inclusive, de projetos de parlamentares", destacou o presidente da Comissão de Justiça, Bruno Rodrigues (PSDB), que também apresentou o balanço das atividades no semestre.



EXCESSO - Recursos são provenientes da melhoria da arrecadação das receitas do Tesouro

# FIG deve receber mais policiamento

# Pedido foi apresentado por Izaías Régis

reforço do policiamento no Festival de Inverno de Garanhuns (FIG), no Agreste, foi solicitado, ontem, pelo deputado Izaías Régis (PTB). O parlamentar também denunciou o crescimento da violência na cidade, onde, "só este ano, foram registrados 37 homicídios". "A população está sofrendo com constantes assaltos e são poucos os casos elucidados. A atuação da Secretaria de Defesa Social é ineficiente. Até hoje, João Braga não informou o projeto de segurança para Pernambuco", declarou, para, em seguida, apresentar um Voto de Pesar à família do empresário Antônio Edson Alves de Holanda, conhecido como Edson do Cimento assassinado durante um assalto, no dia 20, em Ga-

O petebista também criticou a atuação do secretário estadual de Agricultura e Produção Rural, Ricardo Rodrigues, que, de acordo com o deputado, negou a liberação de uma área para a instalação da sede da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa),

no município de Brejão, no Agreste. "O secretário alegou que o local está sendo usado pela Empresa Pernambucana de Pesquisas Agropecuárias (IPA), porém desconheço esse fato. A implantação da Embrapa beneficiaria principalmente os alunos da nova faculdade de Garanhuns e alavançaria o desenvolvimento econômico da região", lamentou.

O presidente da Alepe, deputado Romário Dias (PFL), informou que marcará uma reunião com parlamentares, representantes do Agreste e o governador



PESAR - Empresário Antônio Edson foi assassinado em Garanhuns, durante um assalto

para discutir o assunto. "A Casa oferece total apoio para resolver esse problema. Ele tem criado alguns

problemas para o Governo e não vamos permitir que o secretário de Agricultura, que não conhece bem o sis-

tema agrícola de Pernambuco, prejudique o Agreste ou qualquer outra região", enfatizou

## **Agreste**

# Liberato cobra **Expresso Cidadão**

A instalação de uma unidade do Expresso Cidadão em Caruaru, no Agreste do Estado, foi novamente solicitada, ontem, pelo deputado Roberto Liberato (PFL). "A cidade, que conta com uma população de mais de 300 mil habitantes e é pólo econômico, necessita centralizar serviços públicos importantes", ressaltou.

O parlamentar também apresentou um projeto para que a Associação de Assistência Social de Evangélicos de Caruaru, entidade sem fins lucrativos, que presta assistência médica, social e educacional, seja considerada de entidade pública. A proposta visa reconhecer a atuação da instituição.

O pefelista comemorou a inauguração da primeira etapa do anel viário em Caruaru. "Agradeço a presença do governador, Jarbas Vasconcelos (PMDB), na inauguração da primeira etapa do Anel Viário deputado José Liberato". Segundo o parlamentar, foram investidos R\$ 11 milhões nessa etapa da obra e o resultado é "positivo",



SERVIÇOS - Acesso fácil

pois houve aumento do fluxo de veículos e melhoria do acesso da população a cidades adjacentes e à BR-232

Liberato elogiou o prefeito Tony Gel (PFL) pela conclusão do Viaduto de Caruaru e parabenizou a família do empresário Galvão Cavalcante, que foi homenageado dando o nome ao viaduto. "Galvão foi um homem honrado que muito contribuiu para o desenvolvimento de Caruaru", destacou.

# São João

# Queiroz avalia festa em Caruaru

Embora considere um "sucesso" o São João de Caruaru, o deputado José Queiroz (PDT) fez ressalvas à festa "O evento é um marco na cultura popular e tem difusão no País inteiro, porém o resultado econômico foi prejudicado à medida que o público diminuiu. Problemas como a redução de espaço no Parque do Povo e a extinção do Corredor do Forró foram fatores determinantes", destacou.

De acordo com o parlamentar, "sem justificativas plausíveis, a administração municipal deixou de contratar nomes nacionais e o tradicional São João dos bairros desapareceu". "Também não se ouviu falar do Trem do Forró ou do Vôo Panorâmico do Forró", criticou, acrescentando que alertou, em discursos anteriores, sobre a possibilidade de um São João menos movimentado para a

"Estão fazendo propagandas enganosas do São João de Caruaru. Reduziram a área e anunciaram um acréscimo de espaço na ordem de 40%. Depois, disseram que um balanço da Polícia Militar apontou a presença de cem



PREFEITURA - Equivocos

mil pessoas, mas sabemos que isso não é verdade e duvidamos que a corporação tenha realizado tão absurda estimativa. Considerando os espaços ocupados, o evento não contou com mais de 30 mil pessoas", declarou, apresentando o mapa da prefeitura reproduzindo o Pátio de Eventos.

Apesar das críticas, José Queiroz reconheceu que a organização melhorou e elogiou a adoção de detectores de metais, com o intuito de coibir a violência

# PLENÁRIO

## Tribunal de Contas

O Substitutivo nº 01/05 ao Projeto de Lei Ordinária nº 954/05, que altera a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado (TCE), foi aprovado, ontem, em segunda discussão, pelo Plenário da Alepe. O ponto da proposição que amplia de 30 para 90 dias, prorrogáveis por mais 180, o prazo de posse para os conselheiros do TCE foi questionado por Geraldo Coelho (PFL). O relator do projeto na Comissão de Justiça e autor do substitutivo, Sebastião Oliveira Júnior (sem partido), afirmou que a iniciativa poderá beneficiar um integrante do Parlamento ou do Ministério Público do Estado (MPPE), pois "um maior prazo dará tempo hábil para a conclusão de trabalhos que estiverem sendo realizados por membros dessas instituições". Sebastião Rufino (PFL) destacou que a matéria foi retirada da pauta de votação de Finanças por duas vezes, a pedido de Augusto César (PTB), a fim de obter esclarecimentos junto ao TCE.

#### **PODER LEGISLATIVO**



Mesa Diretora: Presidente, Deputado Romário Dias; 1º VicePresidente, Deputado Ettore Labanca; 2º Vice-Presidente, Deputado
Raimundo Pimentel; 1º Secretário, Deputado João Negromonte; 2º Secretário, Deputado Guilherme Uchôa; 3º Secretário, Deputado Sérgio
Leite; 4º Secretária, Deputado Carla Lapa. Procuradoria Geral, Élio
Wanderley de Siqueira (procurador-geral); Superintendência Geral,
Eva Maria de Andrade Lima (Superintendente-geral); Assistência Legislativa, Ana Olimpia Celso de M. Severo (Assistente Chefe); Superrintendência Administrativa, Genaro Domingues da Silva (Superintendente); Superintendência de Recursos Humanos, Isabel Cristina Couto Costa
(Superintendente); Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária e
Financeira, Arlete Falcão Ferreira (Superintendente); Cerimonial, Socorro Vlaça Rodrígues
(Assistente Médico); Assistência Segurança Legislativa, Maj. Hermes José de Melo (Assistente
Chefe); Escola do Legislativo, Maria Lúcia Cavalcanti Galindo (Assistente Educacional);
Auditoria, Severino Pedro de Albuquerque (Auditor-chefe); Assistência de Comunicação
Social, Christianne Alcântara (Assistente de Comunicação Social); Chefe de Expediente, Natália Câmara. Chefe de Departamento de Imprensa, Cláudia Lucena, Editora: Andréa tália Câmara. Chefe de Departamento de Imprensa, Cláudia Lucena. Editora: Andréa Tavares. Redatores: Andréa Tavares, Antônio Azevedo, Renata Rodrigues. Fotografia: Roberto 1avares, Redatores: Andréa Tavares, Antônio Azevedo, Renata Rodrigues, Fotografia: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Moisés Barbosa e Carlos Oliveira. Diagramação e Editoração Eletrônica: Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior. Chefe de Departamento de Rádio e TV: Ana Lúcia Lins. Repórteres: Carolina Flores, Rosângela Almeida e Verônica Barros. Operadores de Som: Aristides Pandelis Frangakis e Alcidézio Ramos. Estagiários: Bruna Serra, Eva Farias, Larissa Rodrigues e Léo Monteiro. Endereço: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. Nosso Email: dimprensa@alepe.pe.gov.br.

Nosso endereço na Internet <a href="http://www.alepe.pe.gov.br">http://www.alepe.pe.gov.br</a>

# AL discute situação de presos cubanos

# Cidadania pretende repudiar ações do governo americano

ara discutir a violação dos direitos humanos de cinco presos cubanos nos Estados Unidos da América (EUA), a Comissão de Defesa da Cidadania da Alepe promoveu, ontem, uma audiência pública. No encontro, o presidente do colegiado, deputado Roberto Leandro (PT), anunciou que o grupo apoiará a luta do povo cubano pela libertação dos presos. "Vamos elaborar um relatório e encaminhá-lo ao Governo americano e às autoridades brasileiras, registrando nosso repúdio à política nociva dos EUA. Estamos solidários a essa causa", afirmou

Acusados pelo governo americano de praticar espionagem e conspiração, entre outros crimes menores. Gerardo Hernandes. Antônio Guerreiro, Ramón Labañino, Fernando González e René González estão presos desde setembro de 1998. Todos foram condenados e estão cumprindo pena em prisões norte-americanas. O presidente da



DETENTOS - Cinco homens estão presos desde 1998, acusados de conspiração e espionagem

Associação Brasil-Cuba Casa Gregório Bezerra, Marcos Duarte, elogiou a iniciativa. "Quero convocar todos os deputados para criar uma Comissão Parlamentar de Solidariedade a Cuba e aos cinco presos heróis", declarou.

Segundo o presidente do Centro Cultural Manoel Lisboa, Edval Nunes, os cubanos foram detidos injustamente. "Eles estão em celas solitárias, sem direito a visitas, leitura ou qualquer contato com o mundo", criticou.

O vice-presidente da Comissão de Cidadania, deputado Betinho Gomes (PPS). mostrou-se solidário e ressaltou que os presos deveriam ser tratados com mais dignidade. O encontro também contou com a participação da deputada Ceça Ribeiro (PSB) e de várias entidades, entre elas, a Associação Pernambucana de Anistia Política (Apap), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a União da Juventude Comunista (UJC).

# Governo Federal

# Nélson defende combate à corrupção

Prática de

abafar CPIs e

escândalos é

"histórica"

sendo enfrentada pelo Brasil, há mais de um mês, voltou a ser destacada na Assembléia. O deputado Nélson Pereira (PCdoB) disse acreditar que existem maneiras para controlar a corrupção. "Precisamos trabalhar para que casos como o do Governo de Fernando Collor de Melo não se repitam", afirmou.

De acordo com o parlamentar, a prática de abafar escândalos e Comissões Parlamentares de Inquérito

(CPI) não é "exclusividade" do Governo Lula. "É importante lembrarmos que na gestão de Fernando Henrique Cardoso várias CPIs foram evitadas, pois o

Executivo tinha maioria no Congresso Nacional", observou.

Nélson Pereira falou ainda sobre o caso da ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney, que não pôde se candidatar à Presidência da República porque foi acusada de acumular ilegalmente verbas para a campanha. "O caixa-dois abala a legitimidade e elimina a igualdade das disputas eleitorais", analisou. Atualmente, a Justiça Eleitoral desenvolve um controle formal da prestação de contas dos

A crise política que vem candidatos e partidos, que, segundo o deputado, garante a legalidade das ações. "Não podemos deixar o voto ser reduzido à condição de mercadoria e devemos trabalhar para garantir a transparência dos atos públicos.'

> EMENDA - Nélson Pereira pediu desculpas ao presidente da Assembléia, deputado Romário Dias (PFL), pela forma como tratou, anteontem, a aprovação da emenda apresentada pela Alepe ao projeto do Tribunal de

> > Contas que aumenta prazo para a posse de conselheiros do órgão. O comunista afirmou que não teve a intencão de ofender o presidente, mas so-

mente de solicitar o esclarecimento dos fatos.

Pereira, no entanto, criticou o líder da Oposição, Augusto César (PTB), pelas declarações concedidas a um jornal. 'Como líder, o deputado petebista deveria vir aqui e explicar o acordo que afirmou ter com a bancada. Augusto César disse que tinha conversado com a bancada e que eu não participei porque não estava aqui, mas isso não é verdade, pois em outro momento em que precisou falar comigo conseguiu", afirmou.

# **Economia**

# Projeto beneficiará pequenas empresas

A urgência em aprovar no Congresso, o projeto de lei que beneficiará pequenas empresas foi solicitada, ontem, pelo deputado Maviael Cavalcante (PFL). De acordo com o parlamentar, a iniciativa vai garantir tratamento simplificado para as pequenas empresas, estimular a formação e o desenvolvimento, simplificar procedimentos tributários, desburocratizar e facilitar o acesso ao crédito. "Não faltam justificativas para apoiar a iniciativa. O segmento é relevante, tanto do ponto de vista econômico como social", ressaltou.

Maviael também lembrou o ato público de apoio ao projeto, realizado em Brasília, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães.

ticipação das Confederações Nacionais do Comércio, da Agricultura, do

O evento contou com a par- Transporte, Sebrae, entre outras instituições.

> Segundo informações do Sebrae, a mortalidade das



CONGRESSO - Maviael cobrou agilidade na aprovação

pequenas empresas com até dois anos de existência, no Brasil, atingiu 50% e, com quatro anos, 60%. A pesquisa informa também que as micros e pequenas empresas no País representam a base de sustentação da livre iniciativa, sendo responsável por 60% dos empregos existentes e por 20% da formação do PIB nacional.

"Não posso deixar de manifestar o meu apoio aos pequenos empresários de Pernambuco, sobretudo pela relevância que os mesmos assumem na luta pela melhoria das condições sociais da população. É preciso eliminar as barreiras que impedem o desenvolvimento dos pequenos negócios em Pernambuco e no Brasil,



TRANSPARÊNCIA - Voto popular não é mercadoria

FERNANDO SILVA

## Ordens do Dia

pésima Segunda Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Quinta Legislatura, realizada n 29 de junho de 2005, às 14:30 horas

#### Ordem do Dia

#### Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1000/2005 Autor: Poder Executivo

Abre Crédito Suplementar ao Orcamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2005, em favor da Secretaria de Educação e Cultura no valor de vinte e oito milhões de reais e dá outras providências.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/6/2005.

Segunda Discussão do Substitutivo nº 01/2004 ao Proieto de Resolução nº 509/2004

Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça Autor do Projeto: Deputado Nelson Pereira Autor do Projeto: Deputado Nelson P

Disciplina a concessão do Título Honorífico de Cidadão Pernambucano pela Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco e dá outras providências.

Com Subemenda Supressiva nº 01 e Subemendas Modificativas nºs 02 e 03 todas de autoria da Mesa Diretora.

Pareceres Favoráveis da 1ª Comissão e Mesa Diretora.

Processo de votação: Nominal.

DIÁRIO OFICIAL DE - 7/12/2004.

ira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1282/2002 Autor: Deputado Bruno Araújo Desarquivado sob o nº 14/2003, por solicitação do Autor

Declara de utilidade pública a Instituição Cultural sem fins lucrativos Instituto Ricardo Brennand.

Pareceres Favoráveis: 1ª e 3ª Comissões

ende de Parecer da 2ª Comissão

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/2/2003

Discussão Única da Indicação nº 4347/2005 Autor: Dep. Augusto Coutinho

Apelo ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante da Polícia Militar de Pernambuco obietivando a instalação de um Posto da Polícia Militar no bairro do Cajueiro, localizado nesta Capital

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/6/2005

# Discussão Única da Indicação nº 4348/2005 Autor: Dep. Antônio Figueirôa

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar no sentido de implantar um Núcleo de Seguranca Comunitária no município do Condado preferencialmente próximo aos bairros do Novo Condado e São Roque.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/6/2005

## Discussão Única da Indicação nº 4349/2005

Apelo ao Diretor Presidente da Telemar visando proceder a instalação de um telefone público no Engenho Corubas, no município de Jaqueira, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/6/2005

Discussão Única da Indicação nº 4350/2005 Autora: Dep. Dilma Lins

Apelo ao Diretor Presidente da Telemar objetivando a instalação de um telefone público no Engenho Fervedouro, no município de Jaqueira, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/6/2005

#### Discussão Única da Indicação nº 4351/2005 Autor: Dep. Izaías Régis

Apelo ao Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente no sentido de autorizar a instalação da Sede da Sociedade Beneficente de Amparo aos Portadores da Aids e do Câncer, no Hospital Oswaldo Cruz, nesta Capital

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/6/2005

#### Discussão Única da Indicação nº 4352/2005 Autor: Dep. Izaías Régis

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Defesa Social no sentido de realizar uma reforma geral na Cadeia Pública de Garanhuns, neste Estado.

#### Discussão Única da Indicação nº 4353/2005 Autora: Dep. Ceça Ribeiro

Apelo ao Secretário de Educação e Cultura do Estado no sentido de de territar a contratação de servidores para desempenhar as funções de merendeira, porteiro e auxiliar de serviços gerais, para o preenchimento do quadro funcional da Escola Cristo Rei, localizada no município de Pesqueira, neste Estado

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/6/2005

# Discussão Única da Indicação nº 4354/2005 Autora: Dep. Ceça Ribeiro

Apelo ao Secretário de Educação e Cultura do Estado no sentido de efetivar a contratação de servidores para desempenhar as funções de merendeira, porteiro e auxiliar de serviços gerais, para o preenchimento do quadro funcional da Escola Eliseu Araújo, localizada no município de Pesqueira, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/6/2005

# Discussão Única da Indicação nº 4355/2005 Autora: Dep. Ceça Ribeiro

Apelo ao Secretário de Educação e Cultura do Estado no sentido de efetivar a contratação de servidores para desempenhar as funções de merendeira, porteiro e auxiliar de serviços gerais, para o preenchimento do quadro funcional da Escola Dom Adelmo Cavalcanti Machado, localizada no município de Pesqueira, neste Estado

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/6/2005

# Discussão Única da Indicação nº 4356/2005 Autora: Dep. Ceça Ribeiro

Apelo ao Secretário de Educação e Cultura do Estado no sentido de efetivar a contratação de servidores para desempenhar as funções de merendeira, porteiro e auxiliar de serviços gerais, para o preenchimento do quadro funcional da Escola José de Almeida Maciel, localizada no município de Pesqueira, neste Estado

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/6/2005

# Discussão Única da Indicação nº 4357/2005 Autora: Dep. Ceça Ribeiro

Apelo ao Secretário de Educação e Cultura do Estado no sentido de efetivar a contratação de servidores para desempenhar as funções de merendeira, porteiro e auxiliar de serviços gerais, para o preenchimento do quadro funcional da Escola João XXIII. localizada no município de Pesqueira, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/6/2005

# Discussão Única da Indicação nº 4358/2005 Autora: Dep. Dilma Lins

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Infra-Estrutura no sentido de incluir nas metas do Projeto: Restauração e Melhoramento de Rodovias e Estradas Vicinais, o asfaltamento de 4km da estrada que liga a BR 232 ao Sítio Pacas, próximo ao local onde antes existia o Reformatório Pacas, no município de Vitória de Santo Antão, neste Estado

# Discussão Única do Requerimento nº 2954/2005 Autor: Dep. Augusto Coutinho

Voto de Aplauso ao atleta da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, Alexandre Campelo, pela conquista da medalha de ourc no Judô Masculino dos Jogos Universitários Brasileiros - Jub's 2005.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/6/2005

# Discussão Única do Requerimento nº 2955/2005 Autor: Dep. Antônio Moraes

Voto de Aplauso para o novo informativo do Sindicato dos Hotéis Restaurantes, Bares, Casas e Parques de Diversões e Similares do Estado de Pernambuco - SINDHOTEL - PE, pelo novo visual, novo formato e pela disseminação de notícias do mais alto interesse da coletividade e das empresas sindicalizadas

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/6/2005

# Discussão Única do Requerimento nº 2956/2005 Autor: Dep. Antônio Moraes

Solicita que o Grande Expediente do dia 8 de agosto do corrente ano seja em caráter Especial dedicado a debate sobre todas as ações que vem sendo desenvolvidas pelo Governo do Estado na área da Cultura.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/6/2005

#### Discussão Única do Requerimento nº 2957/2005 Autora: Dep. Carla Lapa

Solicita que seja realizada uma visita da Comissão de Saúde desta Casa Legislativa, com data a ser agendada para o mês de agosto do corrente ano, ao Hospital dos Servidores do Estado. juntamente com esta parlamentar, um representante do CREME-PE e um do Ministério Público do Estado de Pernambuco, com a finalidade de verificar *in lo*co as denúncias de possíveis irre-gularidades apontadas pelo Senhor Adir Barreto, Coordenador Geral da Frente Parlamentar e Comunitária em Defesa do Idoso de Pernambuco FRECONPE, naquela instituição de saúde.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/6/2005

# Discussão Única do Requerimento nº 2958/2005 Autor: Dep. Soldado Moisés

Voto de Aplauso ao Sargento do Corpo de Bombeiros Marcílio Dourado, do Grupamento de Bombeiros Marítimo - GBMar, que salvou uma professora grávida de três meses que sofrera acidente automobilístico em Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/6/2005

. ....eira Reunião Extraordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Quinta Legislatura, realizada em 29 de junho de 2005, às 18:40 horas.

#### Ordem do Dia

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 5172/2005 Autora: Comissão de Redação de Leis

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 953/2005, de autoria do Tribunal de Contas do Estado que altera a Lei nº 12.594, de 03 de junho de 2004.

#### DIÁRIO OFICIAL DE - 29/6/2005

#### Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 5173/2005 Autora: Comissão de Redação de Leis

Oferece Redação Final ao Substitutivo do Projeto de Lei Ordinária nº 954/2005, de autoria do Tribunal de Contas do Estado que altera a Lei Estadual nº 12.600, de 14 de junho de 2004 que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 29/6/2005

#### Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 5174/2005 Autora: Comissão de Redação de Leis

Oferece Redação Final ao Substitutivo do Projeto de Lei Oferece Redação Final ao Substitutivo do Projeto de Lei Ordinária nº 955/2005, de autoria do Tribunal de Contas do Estado que altera a Lei Estadual nº 12.595, de 4 de junho de 2004 que dispõe sobre o Plano de Cargos e Evolução Funcional dos Grupos Ocupacionais de Controle Externo e de Apoio ao Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 29/6/2005

## Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 5175/2005 Autora: Comissão de Redação de Leis

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 956/2005, de autoria do Tribunal de Contas do Estado que reajusta os vencimentos - base dos cargos que integram o Quadro de Pessoal dos Grupos Ocupacionais de Controle Externo (GOCE) e de apoio ao Controle Externo (GOACE), bem como os vencimentos base dos cargos em comissão e os valores das funções gratificadas, integrantes da estrutura organizacional do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

#### DIÁRIO OFICIAL DE - 29/6/2005

# Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 5176/2005 Autora: Comissão de Redação de Leis

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 960/2005 de autoria do Poder Executivo que altera a redação dada pela Lei Estadual nº 12.758, de 24 de janeiro de 2005, ao § 4º do artigo 11 da Lei Estadual nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003.

DIÁRIO OFICIAL DE - 29/6/2005

#### Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 5177/2005 Autora: Comissão de Redação de Leis

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 972/2005, de autoria do Poder Executivo que autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso de imóvel que indica, e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 29/6/2005

#### Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 5178/2005 Autora: Comissão de Redação de Leis

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 973/2005, de autoria do Poder Executivo que autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso de imóvel que indica, e dá outras providências

DIÁRIO OFICIAL DE - 29/6/2005

#### Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 5179/2005 Autora: Comissão de Redação de Leis

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 976/2005, de autoria do Poder Judiciário que dispõe sobre modificações no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário e determina providências pertinentes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 29/6/2005

#### Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 5180/2005 Autora: Comissão de Redação de Leis

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Complementar  $n^{\rm o}$  977/2005, de autoria do Poder Judiciário que dispõe sobre a criação do Juizado de Trânsito e determina providências pertinentes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 29/6/2005

#### Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 5181/2005 Autora: Comissão de Redação de Leis

Oferece Redação Final ao Substitutivo do Projeto de Lei Ordinária nº 990/2005, de autoria da Mesa Diretora que modifica oldinata in 30-2003, de diato de dispos oficios de Cargos e Carreiras dos Servidores Efetivos da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco e dá outras

DIÁRIO OFICIAL DE - 29/6/2005

# Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 5182/2005 Autora: Comissão de Redação de Leis

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 991/2005 de autoria da Mesa Diretora que altera o § 2º do artigo 4º da Lei Estadual nº 10.707, de 8 de janeiro de 1992.

DIÁRIO OFICIAL DE - 29/6/2005

#### egunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1282/2002 Autor: Deputado Bruno Araújo Desarquivado sob o nº 14/2003, por solicitação do Autor.

Declara de utilidade pública a Instituição Cultural sem fins

lucrativos - Instituto Ricardo Brennand

Pareceres das : 1ª, 2ª e 3ª Comissões DIÁRIO OFICIAL DE - 20/2/2003

#### Ata

ATA DA SEPTUAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2005.

Presidência dos Excelentíssimos Senhores Deputados Romário Dias e João Negromonte.

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de junho do ano de 2005 (dois mil e cinco), às 14 (catorze) horas e 30 (trinta) minutos, com a presença inicial dos Deputados: Adelmo Duarte, Aglalison Júnior, Alf, Ana Cavalcanti, Ana Rodovalho, Antônio Figueirôa, Antônio Moraes, Augusto César, Augusto Coutinho, Aurora Cristina, Betinho Gomes, Augusto César, Augusto Coutinho, Aurora Cristina, Betinho Gomes, Bruno Araújo, Bruno Rodrigues, Ceça Ribeiro, Dilma Lins, Ettore Labanca, Fernando Lupa, Geraldo Coelho, Guilherme Uchôa, Isaltino Nascimento, Izaías Régis, Jacilda Urquisa, João Fernando Coutinho, João Negromonte, José Queiroz, Manoel Ferreira, Marcantônio Dourado, Maviael Cavalcanti, Nelson Pereira, Pastor Cleiton Collins, Pedro Eurico, Ricardo Teobaldo, Roberto Leandro, Romário Dias, Sebastião Oliveira Júnior, Sebastião Rufino, Sérgio Leite, Sílvio Costa e Soldado Moisés. Justificaram suas ausências os Deputados: Carla Lapa, Ciro Coelho, Elias Lira, Henrique Queiroz, Lourival Simões, Raimundo Pimentel, Roberto Liberato e Teresa Leitão. Constatando o quorum regimental, o Senhor Teresa Leitão. Constatando o quorum regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião. Ocupam, respectivamente, as Presidente declara aberta a reunião. Ocupam, respectivamente, as cadeiras de Primeiro e Segundo Secretários os Deputados João Negromonte e Ana Cavalcanti. Lida é aprovada a ata da reunião anterior. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Primeiro Secretário que procede à leitura do Expediente. Isto feito, o Senhor Presidente manda o mesmo à publicação. No horário destinado ao Pequeno Expediente, ocupa a tribuna o Deputado Roberto Leandro para repercutir decisão da Câmara Federal que rejeitou as Medidas Provisórias 245 e 246, ambas tratavam da extinção da rede ferrovisária. Concluindo, demonstra grande extinção da rede ferroviária. Concluindo, demonstra grande extinção da rede ferroviária. Concluindo, demonstra grande satisfação pela rejeição das citadas medidas provisórias. (Assume a Presidência o Deputado João Negromonte). Em seguida, usa da palavra o Deputado Izaías Régis que em sua oratória vem informar aos seus pares de viagem que fez a Berlim, capital da Alemanha, juntamente com os Deputados Romário Dias, Ettore Labanca, Silvio Costa e outras autoridades, ocasião que representaram o Estado de Pernambuco em missão empresarial e comercial. Ao final, destaca a importância da missão para o Nordeste brasileiro. Logo após, ocupa a tribuna o Deputado Ettore Labanca para em seu discurso tecer alguns comentários sobre a reforma política brasileira, defendendo a mesma com veemência. (Reassume a Presidência o Deputado esma com veemência. (Reassume a Presidência o Deputado Romário Dias). Com a palavra o Deputado Sílvio Costa que mais Romário Dias). Com a palavra o Deputado Sílvio Costa que mais uma vez vem demonstrar grande preocupação com a segurança pública em Pernambuco. Finalizando, cobra providências enérgicas das autoridades no sentido de acabar com a bandidagem. Por último, usa da tribuna o Deputado Nelson Pereira para comentar matéria publicada no Jornal Diário de Pernambuco com o seguinte título: MANTIDO PRAZO PARA CONSELHEIRO ASSUMIR. Encerrado o Pequeno Expediente, o Senhor Presidente passa à Ordem do Dia. Em votação são aprovados em segunda discussão os Projetos de Lei Ordinária nºs 961/2005, 982/2005, 983/2005 e 984/2005. Submetido ao Plenário é aprovado em orimeira discussão 984/2005. Submetido ao Plenário é aprovado em primeira discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 960/2005 (com Emenda Modificativa nº o Projeto de Lei Ordinária nº 960/2005 (com Emenda Modificativa nº 01 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça). Em votação são aprovadas em única discussão as Indicações nºs 4341/2005 a 4345/2005, o mesmo ocorrendo com os Requerimentos nºs 2944/2005 a 2946/2005. Anunciado o Grande Expediente, com a palavra o Deputado Isaltino Nascimento para discorrer acerca de visita da Comissão de Saúde deste Poder ao Hospital Barão de Lucena, realizada hoje pela manhã, onde foi constatado o estado precário que se encontra aquela unidade hospitalar. Ao final, informa que entrará com pedido de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar irregularidades nos hospitais públicos de Pernambuco. Finalmente usa da tribuna o hospitais públicos de Pernambuco. Finalmente usa da tribuna o Deputado Pedro Eurico, último orador inscrito, que em longo Deputado Pedro Eurico, último orador inscrito, que em longo pronunciamento vem tecer alguns comentários sobre os desmandos existentes no Governo Federal que começam a aparecer por ocasião das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso. O orador foi aparteado pelos Deputados: Sílvio Costa, Augusto Coutinho, Antônio Moraes, Alf, Roberto Leandro e Isaltino Nascimento. Esgotada a pauta, o Senhor Presidente despacha à publicação as Indicações nºs 4347/2005 a 4358/2005 de autoria dos Deputados: Augusto Coutinho, Antônio Figueiróa, Dilma Lins, Izalas Régis e Ceca Ribeiro e os Requerimentos nºs 2954/2005. Régis e Ceça Ribeiro e, os Requerimentos nºs 2954/2005 a 2958/2005 da lavra dos Deputados: Augusto Coutinho, Antônio Moraes, Carla Lapa e Soldado Moisés, que foram apresentados na reunião de hoje, conforme resumo a seguir: Pela Deputada Ceça Ribeiro, cinco apelos ao Senhor Secretário Estadual de Educação e Ribeiro, cinco apelos ao Senhor Secretário Estadual de Educação e Cultura, no sentido de efetivar a contratação de servidores para a função de auxiliar de serviços gerais do quadro funcional das seguintes Escolas: João XXIII, José de Almeida Maciel, Dom Adelmo Cavalcanti Machado, Eliseu Araújo e Cristo Rei, todas no município de Pesqueira. Pelo Deputado Izaías Régis, dois apelos: o primeiro, aos Senhores: Governador do Estado e ao Secretário de Defesa Social no sentido de realizarem a reforma geral na cadeia pública de Garanhuns; e o segundo, ao Senhor Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, no sentido de autorizar a instalação no Hospital Oswaldo Criz da sede da Sociedade instalação no Hospital Oswaldo Cruz da sede da Sociedade instalação no Hospital Oswaldo Cruz da sede da Sociedade Beneficente de Amparo aos Portadores de Aids e do Câncer. Pelo Deputado Antônio Figueirõa, apelo aos Senhores: Governador do Estado, Secretário de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar no sentido de viabilizarem a implantação de um Núcleo de Segurança Comunitária no município de Condado, preferencialmente próximo aos Bairros do Novo Condado e São Roque. Pelo Deputado Augusto Coutinho, duas proposições: a primeira, apelo aos Senhores: Governador do Estado e ao Comandante Geral da Polícia Militar no sentido de providenciarem a instalação de um posto da Polícia Militar no Bairro de Calueiro pesta instalação de um posto da Polícia Militar no Bairro de Cajueiro, nesta instalação de um posto da Polícia Militar no Bairro de Cajueiro, nesta capital; e a segunda, voto de aplauso ao atleta da Universidade Católica de Pernambuco, Alexandre Campelo, pela conquista da medalha de ouro no judô masculino dos Jogos Universitários Brasileiros. Pelo Deputado Antônio Moraes, dois requerimentos: o primeiro, voto de aplauso ao novo informativo do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares, Casas e Parques de Diversões e Similares do Estado de Pernambuco, pelo novo visual, novo formato e pela disseminação de notícias do mais alto interesse da coletividade e das empresas sindicalizadas; e o segundo, solicitando que seia realizado um Grande Expediente Especial no dia oito de que seja realizado um Grande Expediente Especial no dia oito de agosto do corrente ano dedicado a um debate sobre todas as ações que vêm sendo desenvolvidas pelo Governo do Estado na área da Cultura. Pela Deputada Carla Lapa, requerimento solicitando que seja realizada uma visita da Comissão de Saúde desta Casa ao seja realizada unha visita da Connissao de Sadue desta Casa ao Hospital dos Servidores do Estado, com data a ser marcada, a fim de verificar possíveis irregularidades naquela instituição de saúde. Pelo Deputado Soldado Moisés, voto de aplauso ao Sargento do Corpo de Bombeiros Marcílio Dourado, do Grupamento de

Bombeiros Marítimo, pelo salvamento de uma professora grávida que sofrera acidente automobilístico em Olinda; e pela Deputada Dilma Lins, três apelos: o primeiro e segundo, ao Senhor Diretor Presidente da Telemar no sentido de providenciar a instalação de um telefone público nos Engenhos: Fervedouro e Corubas, no município de Jaqueira; e o terceiro, aos Senhores: Governador do Estado e ao Secretário de Infra-estrutura no sentido de incluírem nas metas do Projeto Restauração e Melhoramento de Rodovias e Estradas Vicinais a estrada que liga a BR 232 ao Sítio Pacas no município de Vitória de Santo Antão. (Sendo deferido o Requerimento do Deputado João Negromonte solicitando dispensa de Interstício ao Projeto de Lei nº 960/2005). Em seguida, o Senhor Presidente encaminha a Primeira, Segunda, Terceira, Oitava e Décima Primeira Comissões as seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 1001/2005 de iniciativa da Deputada Dilma Lins; como também a Subemenda nº 01, da Mesa Diretora, ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 990/2005. Faltaram à presente reunião os Deputados: Claudiano Martins e Malba Estado e ao Secretário de Infra-estrutura no sentido de incluírem presente reunião os Deputados: Claudiano Martins e Malba Lucena, Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião convocando outra para amanhã à hora

#### **Expediente**

SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEI-RA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2005.

#### **EXPEDIENTE**

MENSAGEM Nº 80 - DO VICE GOVERNADOR NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO encaminhando Projeto de Lei nº 1002, que autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2005, e dá

Às 1ª 2ª e 3ª Comissões

MENSAGEM N° 81 - DO VICE GOVERNADOR NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO encaminhando Projeto de Lei nº 1003, que dispõe sobre licenciamento ambiental, infrações administrativas ambientais, e dá outras providências. Às 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> Comissões.

PARECERES NºS 5154, 5155, 5156 E 5157 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS oferecendo Redação Final aos Projetos de Lei nºs 961, 982, 983 e 984.

PARECER Nº 5158 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável a Subemenda nº 01 ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 955. A Imprimir.

PARECER Nº 5159 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável as Emendas nºs 02 a 08 ao Projeto de Lei nº 976.

PARECER Nº 5160 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável as Subemendas nº 01, 02 e 03 ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 954

PARECER № 5161 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando pela rejeição do Projeto de Lei nº 975.

PARECER Nº 5162 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando contrário ao Projeto de Lei nº

A Imprimir

PARECER Nº 5163 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável a Subemenda nº 01 ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 990.

PARECERES N°S 5164 E 5165 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável aos Projetos de Lei nºs 993 e 1000. A Imprimir.

<u>OFÍCIO Nº 140</u> - DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE QUALIFICAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO encaminhando cópia do Segundo Termo Aditivo ao Convênio no 035/2004.

À Procuradoria Geral

#### **Erratas**

#### **ERRATA**

No Projeto de Lei nº 1003/2005

Onde se lê: Às 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> Comissões

Leia-se: Às 1ª, 2ª, 3ª e 6ª Comissões

#### **ERRATA**

Na Portaria nº 28, do Sra, Superintendente Geral, publicada no Diário Oficial do Poder Legislativo do dia 29 de abril do corrente

Leia-se: Maria de Lourdes de Albuquerque Ayres

## **Projetos**

#### Projeto de Lei Ordinária Nº 1004/2005

Ementa: Declara de Utilidade Pública o Instituto Palma-rense de Ação Social - IPAS - Maria Clara Lemoine de Oliveira e a Creche Educacional Maria Alice.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o Instituto Palmarense de Ação Social - IPAS - Maria Clara Lemoine de Oliveira e a Creche Educacional Maria Alice, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua José Lagreca, nº 06, Cohab II - Santo Onofre - Palmares - PE - CEP 55.540-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 05.954.802/0001-54, para os fins de direitos, deverse e prerrogativas estabelecidos na le i para os fins de direitos, deveres e prerrogativas estabelecidos na Lei  $n^{\rm o}$  10.548, de 07 de janeiro de 1991, alterada pela Lei  $n^{\rm o}$  11.674, de 11 de outubro de 1999

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

O Instituto Palmarense de Ação Social - IPAS - "Maria Clara Lemoide de Oliveira" é uma ONG, sem fins lucrativos, que visa desenvolver Programas de caráter de Ação Social, para atender crianças, adolescentes, iovens e adultos.

crianças, adolescentes, jovens e adultos. Sendo a educação o pilar mestre para a melhoria das condições sociais, foi implantada na Rua José Lagreca, nº 06, no Conjunto Habitacional Prof. Eliseu Pereira de Melo - bairro Santo Onófre, Palmares-PE, a Creche Educacional Maria Alice, um dos projetos do Instituto Palmarense, que atende inicialmente a 50 crianças, na faixa etária de 02 a 06 anos. Até o ano de 2008 a intenção é atender cerca de 200 crianças, o que permitirá oferecer uma melhor condição de vida às mães reconhecidamente pobres, que precisam trabalhar para o seu susstento, ausentando-se do seu lar. trabalhar para o seu sustento, ausentando-se do seu lar. A execução do "Projeto Creche" conta com o trabalho de uma

equipe de profissionais qualificados, que consideram a criança e suas necessidades básicas, os princípios fundamentais para o bom exercício da cidadania, bem como despertar o estímulo e promover

exercício da cidadania, bem como despertar o estímulo e promover a sensibilidade e a criatividade da criança, dentro dos princípios que regem os Direitos "Universal da Criança".

Um dos principais objetivo do IPAS é atender na Creche, em regime integral, crianças na faixa de 02 a 06 anos, oportunizando-lhes acesso à saúde, alimentação, educação, lazer e atividades sócio-culturais, conforme prescreve o Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente

Além das ações da creche, Projeto "Vida, Esperança e Cidadania" o IPAS desenvolve o programa de assistência social que atende a famílias da localidade, no tocante à capacidade de vida do cidadão O Instituto Palmarense de Ação Social vem, ao longo dos anos suprindo uma grande lacuna na assistência social governamental. pois atende sem discriminação e sem nenhuma forma de pagamento, crianças carentes do município de Palmares.

Sala das Reuniões, em 20 de junho de 2005

Carla Lapa Deputada

Às 1ª, 2ª e 3ª Comissões

## Projeto de Resolução Nº 1005/2005

Concessão de Título Honorífico de "Cidadão do Estado de Pernambuco"

Ementa: Concede o Título de Cidadão de Pernambuco ao comunicador social e publicitário Edison Martins.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão de Pernambuco ao nicador social e publicitário Edison Martins

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário

Edison Martins, nascido em 07 de setembro de 1965, em São Paulo, Edison Martins, nascido em u7 de setembro de 1905, em Sao Paulo, capital, forma-se em Comunicação Social pelo Instituto Metodista de São Paulo no ano de 1986. No entanto, é quase cinco anos depois que começa a sua jornada em terras pernambucanas. No dia 13 de junho de 1992, muda-se para o Recife, onde vem ocupar o cargo de diretor de criação da então agência "Propeg Propaganda".

O início de sua presença aqui já é marcado de sucesso e em 1993 conquista inúmeros prêmios na propaganda pernambucana e regional. Em seguida, em 1994, mais uma série de láureas são conquistadas em festivais como o "Prêmio Colunistas", "Prêmio Abril", "Prêmio Profissionais do Ano da Rede Globo", etc. ainda naquele ano, sob o comando do gênio criativo de Edison Martins, a "Propeg" recebe o título de "Agência do Ano Norte Nordeste", um título inédito para aquela agência , então com dezoito anos de mercado e sendo uma das maiores do

Mesmo recebendo propostas vantajosas para migrar para o Ceará, onde tornar-se-ia sócio de uma outra empresa do ramo, o jovem

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco nos termos do artigo 105, c/c o art. 113, § 3°, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, os Deputados titulares AURORA CRISTINA (PMDB), BETINHO GOMES (PPS), MAVIAEL CAVALCANTI (PFL), TERESA LEITÃO (PT), e os suplentes BRUNO ARAÚJO (PSDB), BRUNO RODRIGUES (PSDB), NÉLSON PEREIRA (PCdoB), SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR (PFL) e SÍLVIO COSTA (PMN), para se fazerem presentes à Reunião Ordinária a ser realizada às 9h30 (nove horas e trinta minutos), do dia 29 de junho de 2005, no Plenarinho III, localizado no 2° andar do Anexo I, desta Casa Legislativa - Edifício Senador Nilo Coelho.

#### **EM DISTRIBUIÇÃO**

01- Projeto de Lei Ordinária nº 1.001/2005, de autoria da Deputada Dilma Lins (EMENTA: Altera a Lei nº 12.121, de 03 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade nos estabelecimentos hospitalares do Estado de Pernambuco, de manterem nos estoques de suas farmácias, o medicamento Dantrolene Sódico);
02- Projeto de Lei Ordinária nº 1.002/2005, de autoria do Poder Executivo, (EMENTA: Autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2005 e dá outras providências);
03- Projeto de Lei Ordinária nº 1.003/2005, de autoria do Poder Executivo, (EMENTA: Dispõe sobre o licenciamento ambiental, infrações administrativas, e dá outras providências)

infrações administrativas, e dá outras providências).

#### **EM DISCUSSÃO**

01- Projeto de Lei Ordinária Nº 993/2005, de autoria do Poder Executivo (EMENTA: Autoriza o Estado de Pernambuco a renovar RELATOR DEPUTADO BETINHO GOMES

DEPUTADO JOSÉ QUEIROZ PRESIDENTE

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos do art. 105, I c/c art. 113, *caput*, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, os deputados Teresa Leitão, Silvio Costa, Geraldo Coelho e Lourival Simões, membros titulares, e na ausência destes, os suplentes, deputados Jacilda Urquisa, Ana Cavalcanti, Maviael Cavalcanti, Augusto César e Roberto Leandro para comparecerem à **Reunião Ordinária** desta Comissão e Educação e Cultura, as **11h** (onze horas) do próximo dia **30 de junho de 2005**, no Plenarinho III, 2º andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa, Edifício Senador Nilo Coelho, cuja pauta é a que segue:

Distribuição do Relatório de Atividades, avaliação do 1º semestre e discussão da agenda para o 2º semestre

#### Para distribuição

. **Projeto de Lei Ordinária nº 998/2005,** de autoria do Deputado Betinho Gomes (Ementa: Denomina "Museu do Estado de ernambuco Fernando de Melo Freyre, o Museu do Estado de Pernambuco).

2. Projeto de Lei Ordinária nº 966/2005, de autoria do Deputado Betinho Gomes (Ementa: Institui o Dia Estadual do Forró Pé-Relatora Deputada Jacilda Urquisa

Recife, 28 de junho de 2005.

DEP. ROBERTO LIBERATO

Edison Martins recusa-se a sair de Pernambuco, lugar ao qual se Edison Martins recusa-se a sair de Pernambuco, lugar ao qual se afeiçoou e criou laços que iam muito além dos interesses meramente profisssionais. Em 1996, funda no dia primeiro de maio, juntamente com Jussara Pettini Freire, a "Mart Pet Comunicação". Em seu primeiro ano de atividade, a agência começa a mostrar sua vocação participativa, demonstrando responsabilidade social, criando campanhas de carater social, como a "Voto pela Criança" do ININCEE que pasceu em Pernambuco, sendo posteriormente. יייב וומצופט em Pernambuco , sendo posteriormente veiculada em outros países da américa do Sul.

No ano seguinte, recebe mais uma vez o prêmio "Profissionais do Ano da Rede globo" - o mais importante da televisão brasileira.

em 1999 é eleito "Profissional do Ano Norte e Nordeste" pelo Prêmio Colunistas. Ainda nesse mesmo ano, em pesquisa realizada pela "Gazeta Mercantil" junto aos maiores anunciantes do estado, foi aclamado o mais criativo e eficiente profissional do

No ano 2000, a "Mart Pet", agência da qual é sócio, conquista o No ano 2000, a "Mart Pet", agência da qual é sócio, conquista o título de "Agência do Ano Norte Nordeste", e ainda, nosso homenageado proposto ganha mais um prêmio: "Profissionais do Ano" da Rede Globo. Com mais esta titulação, Edison Martins torna-se um dos mais premiados de toda a História deste evento, que é o maior da propaganda da televisão do país. Dois anos depois, a sua agência conquista pela segunda vez o título de "Agência do Ano Norte e Nordeste", fato inédito para um empreendimento tão recente.

O ano de 2003 ainda traz duas premiações: a de "Publicitário do Ano Norte Nordeste" e também, o "Gran Prix de Míidia Impressa" no Festival Internacional de Gramado, concorrendo com agências de mais de treze páíses.

Assim sendo, ao propormos esta titulação, estamos reconhecendo o refrito de quem escolheu Pernambuco para viver, exercitar de modo brilhante seu talento profissional e alcançar o sucesso de forma contínua, consistente e profícua.

Sala das Reuniões, em 13 de junho de 2005

Adelmo Duarte, Aglailson Júnior, Alf, Ana Cavalcanti, Antônio Figueirôa, Antônio Moraes, Augusto Coutinho, Aurora Cristina Betinho Gomes, Bruno Araújo, Ceça Ribeiro, Ciro Coelho, Dil Lins. Elias Lira. Guilherme Uchôa. Isaltino Nascimento. Jaci Urquisa, José Queiroz, Lourival Simões, Malba Lucena, Marcantônio Dourado, Maviael Cavalcanti, Nelson Pereira, Pastor Cleiton Collins, Pedro Eurico, Raimundo Pimentel, Ricardo Teobaldo, Roberto Leandro, Roberto Liberato, bastião Oliveira Júnior, Sebastião Rufino, Sérgio Leite, oldado Moisés, Teresa Leitão.

## Pareceres de Comissões

#### Parecer N° 5158/2005

Subemenda nº 01, apresentada pelos Deputados Augusto César e Bruno Araújo, ao Substitutivo n.º 01, proposto pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 955/2005, de autoria do Presidente do Tribunal

EMENTA: PROPOSIÇÃO PRINCIPAL QUE VISA ALTE-RAR A LELN º 12 595 DE 04 DE JUNHO DE RAR A LEÍ N.º 12.595, DE 04 DE JUNHO DE 2004, QUE DISPÓE SOBRE O PLANO DE CARGOS E EVOLUÇÃO FUNCIONAL DOS GRUPOS OCUPACIONAIS DE CONTROLE EXTERNO E DE APOIO AO CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS. SUBEMENDA AO SUBSTITUTIVO APRESENTADO POR ESTA COMISSÃO, VISANDO INTRODUZIR ARTIGO 1º, QUE, POR SUA VEZ, ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 24, I E PARÁGRAFO ÚNICO DA CITADA LEI. MODIFICAÇÃO QUE APERFEICOA O LEI, MODIFICAÇÃO QUE APERFEICOA O LEI. MODIFICAÇÃO QUE APERFEIÇÃO O SUBSTITUTIVO APROVADO. INEXISTÊN-CIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONA-LIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APRO-VAÇÃO.

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, a Subemenda nº 01, apresentada pelos Deputados Bruno Araújo e Augusto César, ao Substitutivo n.º 01, proposto por este Colegiado Técnico, ao Projeto de Lei Ordinária nº 955/2005, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas do Estado. A Proposição Principal propõe alterações na Lei n.º 12.595/04, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Evolução Funcional dos Grupos Ocupacionais de Controle Externo e de Apoio ao Controle Externo do Tribunal de Contas.

Visando o aperfeiçoamento do Projeto original, foi aprovado o Substitutivo n.º 01, de autoria da Comissão de Justiça

Por sua vez, a Subemenda ora em análise objetiva introduzir, através da inclusão de um artigo 1º, alterações no art. 24, I e parágrafo único da citada Lei, determinando o seguinte:

(a) que a cessão de servidores a Poderes, órgãos e unidades da Administração Direta e Indireta do Estado do Estado de Pernambuco, será regida pelos termos disciplinados em acordos e convênios de cooperação técnica; e

(b) que competirá ao Tribunal Pleno deliberar sobre o ônus e a renovação da cessão dos servidores que atualmente se encontram à disposição de outros órgãos.

A Proposição vem arrimada no art. 195 do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

As alterações ora propostas aperfeiçoam a redação do Substitutivo aprovado e atendem ao interesse público, inexistindo quaisque

aprovado e atendem ao interesse público, inexistindo quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade em suas disposições. Vale ressaltar, inclusive, que tais subemendas foram objeto de acordos entre os Líderes do Governo e da Oposição na Assembléia Legislativa e o Presidente do Tribunal de Contas do Estado. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação da Subemenda nº 01, apresentada pelos Deputados Augusto César e Bruno Araújo, ao Substitutivo n.º 01, proposto pela Comissão de Constituição, Legislação e Justica, ao Projeto de Lei Complementar Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Complementar nº 955/2005, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas do Estado

## Pedro Furico

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação Subemenda nº 01, apresentada pelos Deputados Augusto César e Bruno Araújo, ao Substitutivo n.º 01, proposto pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Complementar nº 955/2005, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 28 de junho de 2005.

Presidente: Bruno Rodrigues

ráveis os (7) deputados: Alf, Augusto Coutinho, Aurora na, Bruno Araújo, Isaltino Nascimento, Jacilda Urquisa, Favoráveis os (7) depu

#### Parecer N° 5159/2005

Emenda nº 02 e Emendas nºs 03 a 08, apresentadas, respectivamente, pelos Deputados Bruno Araújo e Augusto César, ao Projeto de Lei Ordinária nº 976/2005, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO PRINCIPAL QUE VISA DIS-POR SOBRE MODIFICAÇÕES NO PLANO POR SOBRE MODIFICAÇÕES NO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO E DETERMINAR PROVIDÊNCIAS PERTINENTES. EMENDAS QUE OBJETIVAM APERFEIÇOAR A PROPOSIÇÃO PRINCIPAL. ALTERAÇÕES FRUTO DE ACORDO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE PEI A APPOVAÇÃO

LIDADE. PELA APROVAÇÃO.

#### 1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, a Emenda nº 02 e as Emendas nºs 03 a 08, apresentadas, respectivamente, pelos Deputados Bruno Araújo e Augusto César, ao Projeto de Lei Ordinária nº 976/2005, de autoria

do Tribunal de Justiça do Estado. A Proposição Principal visa dispor sobre modificações no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores do Poder Judiciário e determinar providências pertinentes.

Por sua vez, as Emendas ora em análise obietivam aperfeicoar a Proposição Principal, sendo fruto de acordo entre os representantes dos servidores do Poder Judiciário e a administração do Tribunal de Justiça do Estado

Proposições vêm arrimadas no art. 195 do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

As alterações ora propostas aperfeiçoam a Proposição Principal e atendem ao interesse público.

Por outro lado, inexistem quaisquer vícios de inconstitucionalidade

ou ilegalidade em suas disposições. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Diame do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação da Emenda nº 02 e das Emendas nºs 03 a 08, apresentadas, respectivamente, pelos Deputados Bruno Araújo e Augusto César, ao Projeto de Lei Ordinária nº 976/2005, de autoria do Tribunal de lutificade Estado.

#### Alf Deputado

#### 3. Conclusão da Comissão

Justica do Estado

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas perior celator, opinamos pela aprovação da Emenda nº 02 e das Emendas nºs 03 a 08, apresentadas, respectivamente, pelos Deputados Bruno Araújo e Augusto César, ao Projeto de Lei Ordinária nº 976/2005, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 28 de junho de 2005.

Presidente: Bruno Rodrigues

Relator : Alf

Favoráveis os (7) deputados: Augusto Coutinho, Aurora Cristina, Bruno Araújo, Isaltino Nascimento, Jacilda Urquisa,

#### Parecer N° 5160/2005

Subemendas nº 01, 02 e 03, apresentadas pelos Deputados Augusto César e Bruno Araújo, ao Substitutivo n.º 01, proposto pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 954/2005, de autoria do Presidente do

EMENTA: PROPOSIÇÃO PRINCIPAL QUE VISA ALTE-PROPOSIÇÃO PRINCIPAL QUE VISA AL IE-RAR A LEI N.º 12.600, DE 04 DE JUNHO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE A LEI OR-GÂNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO. SUBEMENDAS AO SUBSTITU-TIVO APRESENTADO POR ESTA COMIS-SÃO, PROPONDO ALTERAÇÕES NOS ARTIGOS 36, 41, 50, 63, 73, 114, 116, 128 E 136 DA REFERIDA LEI. MODIFICAÇÕES QUE APERFEIÇOAM O SUBSTITUTIVO APROVADO INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALI-DADE. PELA APROVAÇÃO.

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, as Subemendas  $n^{\rm o}$  01, 02 e 03, apresentadas pelos Deputados Bruno Araújo e Augusto César, ao Substitutivo n.º 01, proposto por este Colegiado Técnico, ao Projeto de Lei Ordinária nº 954/2005, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas do Estado

A Proposição Principal propõe alterações na Lei n.º 12.600/04, que

A Proposição Principal propõe alterações na Lei n.º 12.600/04, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado. Visando o aperfeiçoamento do Projeto original, foi aprovado o Substitutivo n.º 01, de autoria da Comissão de Justiça Por sua vez, as Subemendas ora em análise objetivam o seguinte: (a) Subemenda n.º 01. Suprime as alterações introduzidas pelo Substitutivo em questão aos arts. 41, §2º, I e 116, V da Lei n.º 12.600/04, mantendo sua redação original. Sendo assim, o prazo agra apresentação, de Idefesa prévis pos processos de Idestaque. para apresentação de defesa prévia nos processos de destaque continua sendo regulamentado pelo Regimento do Interno do Tribunal (o qual estabelece um prazo de 48 horas); e retira-se do Procurador Geral a competência privativa para interpor recursos e propor pedido de rescisão;

propor pedido de rescisão; (b) Subemenda n.º 02. Acrescenta ao art. 36 da Lei n.º 12.600/2004 nova hipótese de instauração de Tomada de Contas Especial, qual seja, "irregularidades em gestão financeira e patrimonial". Acrescenta, também, inciso XII ao artigo 73, instituindo nova hipótese para aplicação de multa aos responsáveis, a saber: descumprimento de decisão colegiada do TCE. Por fim, introduz o 82º 30 activa 114 estabelecendo a sequinta, in verbis: "Os membros." §2º ao artigo 114, estabelecendo o seguinte, in verbis: "Os membros do Ministério Público de Contas somente poderão interpor recursos ou propor pedido de rescisão nos processos em que atuaran

ou propor pedido de rescisão nos processos em que atuaram.".

(c) Subemenda n.º 03. Acrescenta ao parágrafo único do art. 50 da Lei n.º 12.600/04, com a redação dada pelo Substitutivo n.º 01, que trata dos procedimentos facultados ao Relator, na instrução do processo, a seguinte expressão: "nos casos em que forem apresentados fatos novos." No artigo 63, que disciplina a aplicação de multa aos ordenadores de despesas que tiveram suas contas intradas irregulares, entre as palayras "monetariamente" e julgadas irregulares, entre as palavras "monetariamente" e "podendo", foi acrescida a expressão "nos termos disciplinados em Resolução". No art. 1287, §3º, por sua, vez, foram feitas correções na grafia. Por fim, no artigo 136, foram colocadas reticências abaixo da nova redação dada ao artigo, visando preservar os dois parágrafos originalmente existentes

#### 2. Parecer do Relator

Proposição vem arrimada no art. 195 do Regimento Interno desta

As alterações ora propostas aperfeiçoam a redação do Substitutivo aprovado e atendem ao interesse público, inexistindo quaisque vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade em suas disposições Vale ressaltar, inclusive, que tais subemendas foram objeto de acordos entre os Líderes do Governo e da Oposição na Assembléia Legislativa e o Presidente do Tribunal de Contas do Estado.

Legislativa e o Presidente do Tribunal de Contas do Estado. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação das Subemendas nº 01, 02 e 03, apresentadas pelos Deputados Augusto César e Bruno Araújo, ao Substitutivo n.º 01, proposto pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Complementar nº 954/2005, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas do Estado. Contas do Estado

## Pedro Eurico

#### 3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação das Subemendas nº 01, 02 e 03, apresentadas pelos Deputados Augusto César e Bruno Araújo, ao Substitutivo n.º 01, proposto pela Comissão de Constituição, o Constituição, ao Residenção de Constituição, de Constituiçã Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Complementar nº 954/2005, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas do Estado.

> Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 28 de junho de 2005.

esidente: Bruno Rodrigues

erator : Pedro Eurico. nvoráveis os (7) deputados: Alf, Augusto Coutinho, Aurora ristina, Bruno Araújo, Isaltino Nascimento, Jacilda Urquisa, sé Queiroz.

### Parecer N° 5161/2005

Projeto de Lei Ordinária nº 975/2005 Autor: Deputado Antônio Figueirôa

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA DENOMINAR "RODOVIA PADRE ZUZINHA" A RODOVIA PE-60, QUE LIGA A BR-104, EM TAQUARI-TINGA DO NORTE, AO MUNICÍPIO DE JATAÚBA, PASSANDO PELO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE. EXIS-TÊNCIA DE DENOMINAÇÃO ANTERIOR ATRIBUÍDA À MESMA RODOVIA ATRAVÉS DA LELESTADUAL Nº 12 059 DE 13 DE SETEMBRO DE 2001. PELA REJEIÇÃO

#### 1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 975/2005, de autoria do Deputado Antônio Figueirôa, que visa denominar "RODOVIA PADRE ZUZINHA", a RODOVIA PE-160, que liga a BR-104, em Taquaritinga do Norte, ao Município de Jataúba, passando pelo Município de Santa Cruz do Capibaribe.

#### 2. Parecer do Relator

proposição vem arrimada no art. 19, caput, da Constituição do Estado e no art. 182, parágrafo único, do Regi

Assembléia Legislativa.

O presente projeto de Lei, contudo, não pode prosperar, tendo em vista que existe denominação anterior atribuída à mesma rodovia, através da Lei Estadual n.º 12.059, de 13 de setembro de 2001, que determina, em seu art. 1º, o seguinte: "art. 1º. Fica denominada Estrada da Sulanca a Rodovia PE-60, no

trecho que liga os Municípios de Santa Cruz do Capibaribe e

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Diante do Exposico, plinir lo sentido de que o parecer lesta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela rejeição do Projeto de Lei Ordinária nº 975/2005, de autoria do Deputado Antônio Figueiroa.

# Augusto Coutinho Deputado

#### 3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei Ordinária nº 975/2005, de autoria do Deputado Antônio Figueirôa.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 8 de junho de 2005.

e: Bruno Rodrigues.

Favoráveis os (4) deputados: Aurora Cristina, Bruno Rodrigues, Jacilda Urquisa, Pedro Eurico. Contrários os (4) deputados: Alf. Bruno Araúio. Isaltino Nascimento, José Queiroz.

# Parecer N° 5162/2005

Projeto de Lei Ordinária nº 985/2005 Autor: Deputada Malba Lucena

**EMENTA**: PROPOSIÇÃO QUE DISPÕE SOBRE O IN-TERNAMENTO DE PACIENTES EM ESTADO GRAVE NA REDE PRIVADA DE ESTADO GRAVE NA REDE PRIVADA DE HOSPITAIS, QUANDO SOLICITADO POR MÉDICO SOCORRISTA, EM CASO DE NÃO HAVER VAGA NA REDE PÚBLICA. MATÉRIA INSERTA NAS ESFERAS DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL – ART. 24, XII (PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE), DA CF/88 – E DE COMPETÊNCIA MATERIAL COMUM DA UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS – ART. 23, II (CUIDAR DA MUNICÍPIOS – ART. 23, II (CUIDAR DA MUNICÍPIOS – ART. 23, II (CUIDAR DA MUNICÍPIOS - ART. 23. II (CUIDAR DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA PÚBLICA) DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA PÚBLICA) DA CF/88. DETERMINAÇÃO, ENTRETANTO, QUE ACARRETA AUMENTO DE DESPESA PÚBLICA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO. INICIATIVA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO, CONFORME ESTABELECE O ART. 19, § 1°, II, DA CE/89. PARECER PELA REJEIÇÃO, POR VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE.

#### 1. Relatório

Submeto à apreciação desta Comissão de Constituição, Legislação suunieto a apreciação desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 985/2005, de autoria da Deputada Malba Lucena, que dispõe sobre o internamento de pacientes em estado grave na rede privada de hospitais, quando solicitado por médico socorrista, em caso de não haver vaga na rede

#### 2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19. caput, da Constituição

A Proposição vem arrimada no art. 19, caput, da Constituição Estadual e no art. 182, parágrafo único, do Regimento Interno desta Assembléa Legislativa. Inicialmente, deve-se destacar que a matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se inserta na esfera de competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal, conforme estabelece o art. 24, XII (proteção e defesa da saúde), da Constituição Federal, bem como na de competência material comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, segundo prevê o art. 23, II (cuidar da saúde a essisência pública) da Carta Federal (cuidar da saúde e assistência pública) da Carta Federal.

Eis a redação dos supramencionados dispositivos legais "Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legisla:

. nente sobre

"Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Entretanto, apesar de se tratar de questão cujo disciplina insere-se na competência legislativa concorrente do Estado, conforme visto acima, a determinação contida na Proposição Legislativa em tela acarreta aumento da despesa pública no degistativa em tela acarreta aumento da despesa publica no ambito do Poder Executivo, razão pela qual é de iniciativa legistativa privativa do Governador do Estado, segundo estabelece o art. 19, § 1º, II, da Constituição Estadual, in verbis:

"Art. 19. ......

§1º É da competência privativa do Governador a iniciativa das leis

II - criação e extinção de cargos, funções, empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional, ou aumento de despesa Pública, no âmbito do Poder Executivo:"

despesa Publica, no ambito do Poder Executivo;"
Com efeito, eis o que dispõe o artigo 3º da Proposição em análise:
"Artigo 3º. Cabe ao Poder Executivo Estadual o pagamento da:
despesas decorrentes do cumprimento desta Lei, devendo ressarcir
se dos valores que lhe couber, junto aos órgãos competentes
Federais e Municipais."

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela rejeição, por vício de inconstitucionalidade, do Projeto de Lei Ordinária nº 985/2005, de autoria da Deputada Malba Lucena.

#### Bruno Araújo Deputado

#### 3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela rejeição, por vício de inconstitucionalidade, do Projeto de Lei Ordinária nº 985/2005, de autoria da Deputada Malba

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 28 de junho de 2005.

Presidente: Bruno Rodrigues.

Flestorie Bruno Araújo. Favoráveis os (7) deputados: Alf, Augusto Coutinho, Aurora Cristina, Isaltino Nascimento, Jacilda Urquisa, José Queiroz,

#### Parecer N° 5163/2005

Subemenda Substitutiva nº 01, apresentada pela Mesa Diretora ao Substitutivo nº 01, proposto pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 990/2005, de autoria da Mesa Diretora

EMENTA: PROPOSIÇÃO PRINCIPAL QUE VISA MODI-FICAR A LEI № 12.777, DE 23 DE MARÇO DE 2005, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DOS SERVI-DORES EFETIVOS DA ASSEMBLÉIA LE-GISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. SUBE-MENDA OUE OBJETIVA ADEDESICOAR A MENDA QUE OBJETIVA APERFEIÇOAR A PROPOSIÇÃO PRINCIPAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, a Subemenda Substitutiva nº 01, apresentada pela Mesa Diretora, ao Substitutivo nº 01, proposto pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 990/2005, de autoria da Mesa Diretora. A Proposição Principal visa modificar a Lei nº 12.777. de 23 de

A Proposição Principal visa modificar a Lei nº 12.777, de 23 de março de 2005, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores efetivos da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Por sua vez, a Subemenda ora em análise objetiva aperfeiçoar a Proposição Principal. As inovações por ela trazidas podem ser assim

resumidas: a) conversão em valores monetários, que passarão a ser pagos como parcela autônoma única de irredutibilidade, com denominação e código próprio, dos valores percebidos pelos servidores, ativos, inativos e pensionistas, da Assembléia Legislativa do Estado, a título intativos e peristoristas, da Assertinida Egistativa do Estado, a titulo de estabilidade financeira ou incorporação, parte da parcela autônoma criada pelo art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 11.640, de 04 de maio de 1999, quanto ao montante incidente sobre vantagens pessoais e demais parcelas autônomas instituídas por força de leis

pessoais e demais parceias autonomas instituidas por lorça de leis anteriores;
b) extinção da parte da parcela autônoma criada pelo art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 11.640, de 04 de maio de 1999, quanto ao montante não incidente sobre vantagens pessoais, incorporando-se o seu valor ao vencimento-base dos servidores do quadro de

pessoal efetivo da Assembléia Legislativa do Estado; c) previsão de que o enquadramento no novo de Plano de Cargos e Carreiras da Assembléia Legislativa será feito levando em consideração unicamente o montante percebido a título de

A Proposição vem arrimada no art. 195 do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

As alterações ora propostas aperfeiçoam a Proposição Principal e atendem ao interesse público, na medida em que trazem a definição

atendem ao interesse público, na medida em que trazem a definição de como será efetuado o enquadramento dos servidores no Plano de Cargos e Carreiras e simplifica as parcelas componentes da remuneração dos servidores efetivos deste Poder Legislativo. Por outro lado, inexistem quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade em suas disposições. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação da Subemenda Substitutiva nº 01, apresentada pela Mesa Diretora, ao Substitutivo nº 01, proposto pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação da da desa Diretora, ao Substitutivo nº 01, proposto pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 990/2005, de autoria da Mesa Diretora. autoria da Mesa Diretora

#### Deputado

#### 3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação da Subemenda Substitutiva nº 01, apresentada pela Mesa Diretora, ao Substitutivo nº 01, proposto pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária  $n^{\rm o}$  990/2005, de autoria da Mesa Diretora.

> Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 28 de junho de 2005.

Presidente: Bruno Rodrigues

Relator : All. Favoráveis os (7) deputados: Augusto Coutinho, Aurora Cristina, Bruno Araújo, Isaltino Nascimento, Jacilda Urquisa, José Queiroz, Pedro Eurico.

### Parecer N° 5164/2005

Projeto de Lei Ordinária nº 993/2005

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA AUTORIZAR O ESTADO DE PERNAMBUCO A RENOVAR A CESSÃO DO DIREITO DE USO DO IMÓVEL QUE INDICA. ATENDIMENTO DOS PRESENDADOS CONSTITUCIONADOS DE COMO SUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS. PELA APROVAÇÃO

#### 1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 993/2005, de autoria do Governador do Estado, que visa autorizar o Estado de Pernambuco a renovar a cessão à Associação dos Delegados de Polícia de Pernambuco – ADEPE, do direito de uso do imóvel de sua propriedade localizado na Rua da Aurora, nº 387, Recife-PE, que já fora objeto da Lei nº 10.742, de 20 de maio de 1992

Conforme o art. 2º da Proposição Governamental, o imóvel em questão será destinado, exclusivamente, para sediar a ADEPE

#### 2. Parecer do Relator

A presente proposição encontra supedâneo nos arts. 19, caput, Constituição Estadual e no art. 182, parágrafo único, do Regime Interno desta Casa Legislativa.

Conforme determinam os arts. 4°, § 1° e 15, IV, da Constituição

Estado de Pernambuco, a cessão do direito de uso de bens imóveis do Estado, desafetados do uso público, dependem de autorização desta Assembléia Legislativa, mediante lei específica.

Por sua vez, a lei que a autorizar deverá prever expressamente o prazo de duração da cessão, cuja renovação dependerá de nova utorização legislativa, mediante lei específica, de acordo com o que estabelece o§ 2º do art. 4º da Carta Estadual.

Todos os requisitos acima referidos foram atendidos pelo Projeto de

estabelece o§ 2º do art. 4º da Carta Estadual.

Todos os requisitos acima referidos foram atendidos pelo Projeto de Lei ora em análise.

De fato, a autorização legislativa foi encaminhada através de projeto de lei especificamente a esse fim destinado, o qual estabelece o prazo de renovação de 10 (dez) anos para a cessão (art. 1º) e determina que outra renovação para novo período somente se dará em virtude de lei específica (art. 3º).

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 993/2005, de autoria do Governador

# Augusto Coutinho Deputado

#### 3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 993/2005, de autoria do Governador do Estado.

> Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 28 de junho de 2005.

Presidente: Bruno Rodrigues. Relator : Augusto Coutinho. Favoráveis os (7) deputados: Alf, Aurora Cristina, Bruno Araújo, Isaltino Nascimento, Jacilda Urquisa, José Queiroz, Pedro

### Parecer N° 5165/2005

Projeto de Lei Ordinária nº 1000/2005 Autor: Governador do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA AUTORIZAR O PO DER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SU-PLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO ESTADO, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2005. ATENDIDOS OS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMEN-TAIS. PELA APROVAÇÃO.

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 1000/2005, de autoria do Governador do Estado, encaminhado a esta Corte Legislativa através da Mensagem nº 079/2005, de 21 de junho de 2005

O Proieto em referência, conforme estabelece o seu art. 1º, visa

O Projeto em referência, conforme estabelece o seu art. 1º, visa autorizar o Poder Executivo a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais), em favor da Secretaria de Educação e Cultura.

A solicitação em apreço objetiva reforçar dotações orçamentárias destinadas a viabilizar as ações do Fortalecimento da Gestão Escolar; Desenvolvimento de Ações Complementares, Rede Física; e Projetos das Áreas do Ensino Infantii, Fundamental e Médio e Expansão a Aperfeiçamento do Sistema de Avalaçãos a SAEPE Expansão e Aperfeiçoamento do Sistema de Avaliação - SAEPE

Os recursos necessários à realização das despesas previstas na referida proposição, em conformidade com seu artigo 1º, serão os provenientes do excesso de arrecadação de Receitas do Tesouro, à conta da arrecadação da Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, na forma do disposto no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Com arrimo no art. 21 da Constituição Estadual, o Governador do Estado solicitou a observância do regime de urgência na tramitação.

#### 2. Parecer do Relato

A Proposição vem arrimada no art. 19, caput, da Constituição Estadual e art. 182, parágrafo único, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

A matéria objeto do Projeto de Lei em análise encontra-se, segundo estabelecem os arts. 19, § 1º, I e 37, XX, da Constituição Estadua dentro da esfera de iniciativa de lei reservada privativamente a

dentro da estera de iniciativa de lei reservada privativamente ao Governador do Estado. Por outro lado, cabe a esta Assembléia Legislativa, haja vista tratarse de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, conceder, previamente, autorização legislativa, segundo dispõem os arts. 15, I e 128, III, da Carta Estadual e art. 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. O Projeto de Lei está em consonância com o exigido pelo art. 43 da

Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, vez que se encontra precedido de exposição justificativa que, por sua vez, consigna a existência de recursos disponíveis para acorrer a despesa. Destarte, os recursos necessários à abertura do crédito suplementar

em questão serão, conforme previsto no art. 2º do Projeto de Lei ora em análise, provenientes do excesso de arrecadação de Receitas do

Tesouro, previsto para o presente exercício, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Encontram-se atendidos, ainda, os requisitos exigidos pelo art. 46 da já referida Lei Federal nº 4.320/64 (indicação da importância, espécie de crédito adicional e classificação da despesa, até onde for

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1000/2005, de autoria do Governador

## José Queiroz

#### 3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, uma vez atendidas todas as prescrições constitucionais, legais e regimentais, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1000/2005, de autoria do Governador do

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 28 de junho de 2005.

Presidente: Bruno Rodrigues. Relator : José Queiroz. Favoráveis os (7) deputados: Alf, Augusto Coutinho, Aurora Cristina, Bruno Araújo, Isaltino Nascimento, Jacilda Urquisa, Pedro Furico.

### Parecer N° 5166/2005

Subemendas: Supressiva Nº 01, Aditiva Nº 02 e Modificativa Nº 03/2005, de autoria dos Deputados Augusto César e Bruno Araújo, ao Substitutivo Nº 01/2005, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária Nº 954/2005.

Autoria: Tribunal de Contas do Estado

EMENTA: Proposição Principal que visa Alterar a Lei Estadual nº 12.600, de 14 de junho de 2004, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Recebeu Substitutivo nº 011.2005, da 1º Comissão. No mérito, pela Aprovação.

#### 1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública a 1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública a Subemendas: Supressiva nº 01/2005, Aditiva nº 02/2005 e Modificativa Nº 03/2005, apresentadas pelos Líderes do Governo e da Oposição, Deputados Bruno Araújo e Augusto César, ao Substitutivo Nº 01/2005, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária Nº 954/2004, para análise e emissão de parecer;

1.2- As Subemendas: Supressiva nº 01/2005, Aditiva nº 02/2005 e Modificativa Nº 03/2005 corrigirem as redações dadas pelo Substitutivo nº 01/2005, da Primeira Comissão, ao Projeto de Lei Ordinária n° 954/2005, de autoria do Tribunal de Contas de

#### 2. Parecer do relator

- 2.1- As Subemendas: Supressiva nº 01/2005, Aditiva nº 02/2005 e Modificativa № 03/2005, são resultado de acordo firmado entre as lideranças do Governo e da Oposição nesta Casa, em conjunto com o Conselheiro Presidente Carlos Porto, e visam corrigir novas redações oferecidas no Substitutivo nº 01, da Primeira Comissão, ao Projeto de Lei Ordinária nº 954/2005, de autoria do Tribunal de Contas de Pernambuco:
- 2.2- De acordo com a Subemenda Supressiva nº 01/2005 ficam 2.2- De acordo com a Subemenda Supressiva nº 01/2005 lica suprimidas do Substitutivo nº 01/2005, apresentado pela Primei Comissão, ao Projeto de Lei nº 954/2005, do Tribunal de Conta deste Estado, as novas redações oferecidas ao inciso I, do § 2°, c art. 41, e o inciso V, do Art. 116, da Lei 12.600/2004;
- 2.3- No entanto, com a Emenda Aditiva n° 02/2005 ficam acrescentados ao Substitutivo n° 01/2005, nova redação aos arts. 36, 73 e 114, in verbis:
- "Art. 36. Diante da omissão no dever de prestar contas, da não "Art. 36. Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Estado ou Município, da existência de desfalque, desvio de bens ou valores, ou irregularidades em gestão financeira e patrimonial, ou ainda da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, a autoridade competente deverá, imediatamente, após vencidos os prazos regulamentares determinados pela legislação pertinente, adotar providências com vistas à instauração da Tomada de Contas Especial para apuração dos fatos, identificação do dano. dos fatos, identificação dos responsáveis e qualificação do dano

XII- Descumprimento de Decisão colegiada do Tribunal de Contas multa no valor compreendido entre 30% (trinta por cento) e (cinqüenta por cento) do limite fixado no caput deste artigo.

"Art.114....

§ 1° Os membros do Ministério Público de Contas somente se

pronunciarão ou solicitarão vista de processos, no Pleno e nas Câmaras, durante a fase da respectiva discussão. §2° Os membros do Ministério Público de Contas somente poderão interpor recursos ou propor pedido de rescisão nos processos em que atueram."

2.4- Ademais, a Emenda Modificativa nº 03/2005 altera as redações do Parágrafo Único do art. 50, bem como do Art. 63, do § 3º, do art. 128, e do caput do art. 136, da Lei nº 12.600/2004, modificados no Substitutivo acima mencionado, in verbis:

Parágrafo Único. Durante a instrução do processo, o Relator poderá, ainda, solicitar parecer do ministério Público de Contas, proposta de voto da Auditoria Geral ou mesmo relatório aditivo ou complementar de órgão específico, sendo de seu arbítrio o prazo para de

conclusão de tais exigências, assegurando à parte interessada a oportunidade de pronunciar-se sobre o conteúdo do parecer ou relatório aditivo, nos casos em que forem apresentados fatos novos."

- 2.5- Por fim, as alterações propostas visam corrigir equívocos de redação do Substitutivo, já aprovado no seio desta Comissão, bem como, definir com maior clareza os dispositivos da Lei Orgânica, daquele Tribunal:
- 2.6- Desta forma, no mérito, as presentes Subemendas estão em condições de serem aprovadas por este Colegiado, uma vez que atendem aos princípios da legislação em vigor.

#### Betinho Gomes Deputado

#### 3. Conclusão

Ante ao exposto, opinamos no sentido de que seiam aprovadas as Ante ao exposto, opinamos no sentido de que sejam aprovadas as Subemendas: Supressiva nº 01/2005, Aditiva n° 02/2005 e Modificativa № 03/2005, apresentadas pelos Líderes do Governo e da Oposição nesta Casa Legislativa, Deputado Bruno Araújo e Deputado Augusto César, ao Substitutivo № 01/2005, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária № 954/2005, do Tribunal de Contas de Pernambuco.

> Sala da Comissão de Administração Pública, em 28 de junho de 2005.

Presidente: José Queiroz. Relator: Betinho Gomes.

Favoráveis os (4) deputados: Aurora Cristina, José Queiroz, Maviael Cavalcanti. Teresa Leitão.

#### Parecer N° 5167/2005

Comissão de Ad istração Pública Subemenda Nº 01/2005, de autoria dos Deputados Augusto

César e

Bruno Araújo ao Substitutivo Nº 01/2005, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária Nº 955/2005 de Autoria: Tribunal de Contas do Estado

EMENTA: A PROPOSIÇÃO PRINCIPAL QUE VISA AL-TERAR A LEI Nº 12.595, DE 04 DE JUNHO DE 2004, EU DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E EVOLUÇÃO FUNCIONAL DOS GRUPOS OCUPACIONAIS DE CONTROLE EXTERNO E DE APOIO AO CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS QUE RECEBEU O SUBSTITUTIVO Nº 01/2005, DA PRIMEIRA COMISSÃO.

- 1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública a Subemenda Aditiva Nº 01/2005, de autoria do Deputado Augusto César e Bruno Araújo ao Substitutivo Nº 01/2005, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária № 955/2005, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de
- 1.2- A proposição alem de trata do Plano de Cargos e Carreira busca também disciplinar à cessão de servidores daquele Tribunal de Contas do Estado.

- 2.1- A presente Subemenda Aditiva apresentada é resulta de acordo entre as lideranças: do Governo e da Oposição ao Substitutivo com o fito de alterar a Lei nº 12.777/2005, que busca alterar o Plano de Cargos e Carreira e disciplinar a cessão dos Servidores a outros Órgãos;
- 2.2- Destacamos, que as alterações proposta pela Subemenda são frutos de negociação entre o sindicato e os servidores do Tribunal de Contas do Estado;
- 2.3- Desta forma, a presente Subemenda está em condições de ser aprovada por este Colegiado, uma vez que se encontra em consonância com os preceitos da legislação em vigor.

## **Betinho Gomes**

#### 3. Conclusão

Ante ao exposto, opinamos no sentido de que seja aprovada a Subemenda Aditiva Nº 01/2005, de autoria do Deputado Augusto César e Bruno Araújo, ao Substitutivo Nº 01/2005, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Le Ordinária Nº 955/2005, de autoria do Tribunal de Contas do Estado

> Sala da Comissão de Administração Pública. em 28 de junho de 2005.

Betinho Gomes. eis os (3) deputados: Aurora Cristina, José Queiroz,

#### Parecer N° 5168/2005

Comissão de Administração Públic omissao de Administração Publica mendas nºs 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08/2005, dos Deputados ugusto César e Bruno Arújo ao Projeto de Lei Irdinária nº 976/2005,

> Ementa: A Proposição principal que Dispõe sobre Modificações no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores do Poder Judiciário. Emendas que objetivam aper-feiçoar a propositura. No Mérito, pela apro-

1. Relatório

- 1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública as Emendas nº 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08/2005, de autoria dos Deputados Augusto César e Bruno Araújo ao Projeto de Lei Ordinária nº 976/2005, de
- 1.2- Trata-se de proposições que aperfeiçoam a proposta de modificações no Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos servidores do Poder Judiciário:

- 2.1- As proposições em análise objetivam aprimorar o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos servidores do Poder Judiciário que é objeto do Projeto de Lei nº 976/2005, de autoria do Poder Judiciário.
- 2.2 As alterações propostas são fruto de negociações feitas entre o Sindicato de Servidores do Poder Judiciário, representantes daquele poder e Membros desta Assembléia Legislativa.
- 2.5 Desta forma, as presentes Emendas estão em condições de 2.3 – Desia lottina, as presentes Entendas estad en Configues ser aprovado por este Colegiado uma vez que estão em consonância com todos os preceitos legais e no mérito atendem ao interesse público e de todos os envolvidos.

## Deputada

#### 3. Conclusão

Ante ao exposto, estamos em que as Emendas 02, 03, 04, 05, 06, OT e 08/2005, dos Deputados Bruno Araújo e Augusto César ao Projeto de Lei Ordinária nº 976/2005, do Poder Judiciário sejam aprovadas por este Colegiado Técnico.

em 28 de junho de 2005.

Presidente: José Queiroz.

Relator : Teresa Leitão.

Favoráveis os (3) deputados: Aurora Cristina. Betinho Gomes. José Queiroz.

#### Parecer N° 5169/2005

são de Administração Pública enda Substitutiva nº 01/2005, de autoria da Mesa Diretora

Substitutivo nº 01/2005, da Comissão de Constituição.

Justica ao Projeto de Lei Ordinária nº 990/2005

enta: A Proposição principal que Modifica a Lei nº 12.777, de 23 de março de 2005, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores efetivos da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. Subemenda que objetiva aperfeiçoar a propositura. No Mérito, pela aprovação.

#### 1. Histórico

- 1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública a Subemenda Substitutiva nº 01/2005, apresentada pela Mesa Diretora, ao Substitutivo nº 01/2005, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 990/2005, de autoria da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa;
- 1.2- Trata-se de proposição que aperfeiçoa a proposta de modificações no Plano de Cargos e Carreira dos servidores do Poder Legislativo;

#### 2. Parecer da relatora

- 2.1- A proposição em análise objetiva aprimorar o Plano de Cargos e Carreira dos servidores do Poder Legislativo que é objeto do Projeto de Lei nº 990/2005, de autoria da Mesa Diretora desta Casa.
- 2.2 As alterações propostas são fruto de negociações feitas entre os servidores do Poder Legislativo e a Mesa Diretora desta Assembléia Legislativa.
- 2.3 Desta forma, a presente Subemenda está em condições de ser 2.3 – Desta forma, a presente subernenta esta en continções de ser aprovado por este colegiado uma vez que estão em consonância com todos os preceitos legais e no mérito atendem ao interesse público e de todos os envolvidos.

# Teresa Leitão Deputada

#### 3. Conclusão

Ante ao exposto, estamos em que a Subemenda Substitutiva nº 01/2005, ao Substitutivo Nº 01/2005, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 990/2005, de autoria da Mesa Diretora, seja aprovada por este Colegiado

> em 28 de junho de 2005. Sala da Comiss

Presidente: José Queiroz.

Relator : Teresa Leitão.

Favoráveis os (3) deputados: Aurora Cristina, Betinho Gomes,

# Parecer N° 5170/2005

Comissão de Administração Pública Projeto de Lei Ordinária Nº 1.000/2005 Autor: Poder Executivo

> FMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA AU-TORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉ-DITO SUPLEMENTAR AO ORCAMENTO DO ESTADO, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE

2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ATENDIDO O TRÂMITE REGIMENTAL. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

- 1.1- Vem a esta Comissão Administração Pública, o Projeto de Lei Ordinária Nº 1.000/2005, oriundo do Poder Executivo, através da Mensagem Nº 079 de 21 de junho de 2005, para análise e emissão
- 1.2- A proposição trata de matéria que busca autorizar o Poder Executivo a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2005, e dá outras providências;
- 1.3 A matéria encontra-se tramitando nesta Casa legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição do Estado.

#### 2. Parecer do relator

- 2.2- Conforme mensagem do Governo, a abertura de crédito em apreço tem como objetivo reforçar dotações orçamentárias destinadas a viabilizar as ações do Fortalecimento da Gestão Escolar: Desenvolvimento de Ácões Complementares. Rede Física Proietos das Áreas do Ensino Infantil, Fundamental e Médio e nsão e Aperfeiçoamento do Sistema de Avaliação - SAEPE;
- 2.3- Ressalta-se, que os recursos necessários à realização da despesa prevista no art. 1º do Projeto de Lei acima referendado, serão os provenientes do excesso

de arrecadação de Receitas do Tesouro, a conta de arrecadação da Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Dis Federal, na forma do disposto no artigo 43, da Lei Federal nº 4,320. de 17 de março de 1964;

2.4- Assim, no mérito, o Projeto de Lei em epígrafe merece ser aprovado, uma vez que se encontra em consonância com os preceitos da legislação em vigor.

# Aurora Cristina Deputada

Ante ao exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Proieto de Lei Ordinária Nº 1.000/2005, de autoria do Pode

Sala da Comissão de Administração Pública em 28 de junho de 2005.

residente: José Queiroz. elator : Aurora Cristina.

Favoráveis os (3) deputados: Betinho Gomes, José Queiroz, Teresa Leitão

#### Parecer N° 5171/2005

- 1.1 Vem a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico o Projeto de Lei 951/2005, oriundo do Poder Executivo, através de Mensagem Nº 063/2005 de 16 de maio de 2005 para análise e
- 1.2 Trata-se de matéria que Autoriza o Poder Executivo a reduzir a carga tributária do ICMS nas operações internas com energia
- 1.3 A matéria encontra-se em tramitação nesta Casa Legislativa sob regime de urgência, nos termos do Artigo 21 da Constituição do
- 2.1 A proposição está fundamentada no Art 19 caput, da Constituição Estadual e no art. 182, parágrafo único, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa
- 2.2– A Proposição Legislativa ora em análise encontra-se inserta na Competência Legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal para dispor sobre **Direito Tributário**, conforme prescreve o art.24, I, da Constituição Federal.
- 2.3 Opino pela aprovação do referido projeto, com uma emenda modificativa anexa a este projeto, de nossa autoria.

## Emenda Nº 1/2005

Ementa: Modifica a redação do art. 2º do Projeto de Lei nº 951/2005

Alteração à redação do art. 2º do referido Projeto de Lei, que passará a ter a seguinte redação: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de maio de

A referida emenda modificativa tem por objetivo, eliminar o prazo de vigência, que se encerra em 30 de abril de 2006, elevando a carga tributária, gerando um impacto extremamente negativo para os consumidores, que já terão que arcar com o reajuste tarifário elevado, sendo inclusive questionado atualmente na esfera

## Alf Deputado

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expedidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 951/2005, de autoria do Governador do Estado, com a emenda modificativa proposta, alterando a redação do art. 2º, proposta pelo

> Sala da Comissão de Desenvolvim ento Econômico em 27 de junho de 2005.

Presidente: Alf. Relator : Alf.

io Figueirôa, Augusto pelho. Teresa Leitão

#### Parecer N° 5172/2005

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 953/2005, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Altera a Lei nº 12.594, de 03 de junho de 2004.

Art. 1º Acrescenta o § 4º ao art. 6º da Lei nº 12.594, de 03 de junho de 2004, com a seguinte redação

§ 4º Assistem ao Gabinete da Presidência 02 (dois) Assessores Técnicos da Chefia de Gabinete, aos quais são atribuídas funções gratificadas símbolo TC-FGG-1, privativas de servidor integrante do

gratificadas simboio 10-10-10-1, p. GOCE."

Art. 2º O § 3º do art. 11 da Lei nº 12.594, de 03 de junho de 2004,

§ 3º Assistem à Escola de Contas 01 (um) Apoio Administrativo símbolo TC-FAG-1, de livre designação, e 01 (uma) Comissão de Licitação (COLI), integrada por 03 (três) membros, aos quais são atribuídas gratificações, de valor mensal correspondente ao da Função Gratificada de símbolo TC-FGG-3, sendo todos os membros Fullicada Graunicada de Silhubilo 10-1-00-3, senhabitodos os incincios servidores efetivos do Tribunal de Contas."

Art. 3° O § 5° do art. 21 da Lei nº 12.594, de 03 de junho de 2004,

passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 21. .....

§ 5º A Diretoria Geral dispõe da assistência de 01 (uma) Comissão de Licitação (COLI), integrada por 04 (quatro) membros, aos quais são atribuídas gratificações, de valor mensal correspondente ao da Função Gratificada de símbolo TC-FGG-1, sendo todos os membros servidores efetivos do Tribunal de Contas.

Art. 4º O valor do vencimento-base do Cargo de Técnico de Segurança e Transporte, símbolo TC-CST, constante do Anexo Único da Lei nº 12.594, de 03 de junho de 2004, passa a ser R\$ 814,38 (oitocentos e catorze reais e trinta e oito centavos), a partir de 1º de maio de 2005.

Art. 5º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Tribunal de Contas do

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ressalvada a alteração introduzida pelo art. 4º desta Lei, que retroage a 1º de maio de 2005.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

## Elias Lira

Sala da Comissão de Redação de Leis, em 28 de junho de 2005

liano Martins. Relator : Elias Lira.

Favoráveis os (4) deputados: Aglailson Júnior, Izaías Régis, Jacilda Urguisa, Soldado Moisés,

#### Parecer N° 5173/2005

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Substitutivo nº01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 954/2005, já aprovado com suas respectivas Subemendas, em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final

> Ementa: Altera a Lei Estadual nº 12.600, de 14 de junho de 2004, que dispõe sobre a Lei Orgânica Tribunal de Contas do Estado de Pern

Art. 1º A Lei Estadual nº 12.600, de 14 de junho de 2004,	, passa a
vigorar com as seguintes alterações:	
"Art. 2°	

XXI -

III - aplicará ao responsável a multa prevista no inciso XII do art. 73

"Art. 36. Diante da omissão no dever de prestar contas, da não "Art. 36. Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Estado ou Município, da existência de desfalque, desvio de bens ou valores, ou irregularidades em gestão financeira e patrimonial, ou ainda da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, a autoridade competente deverá, imediatamente, depois de vencidos os prazos regulamentares determinados pela legislação pertipente adotar providências com determinados pela legislação pertinente, adotar providências com vistas à instauração da Tomada de Contas Especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

"Art 47 O Tribunal decidirá a respeito de consulta formulada por "Art. 47. O Tribunal decidirá a respeito de consulta formulada por autoridade competente quanto às dúvidas suscitadas na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida nesta Lei. Parágrafo único. Cumpridas as exigências para a sua formulação, o Tribunal de Contas deverá se pronunciar no prazo de cento e oitenta dias findo o qual, terá prioridade para colocação em pauta."

"Art 48. Constitui-se em processo o Auto de Infração lavrado pelo

"Art. 48. Constitui-se em processo o Auto de Infração lavrado pelo Conselheiro Relator, pelo Procurador Geral do Ministério Público de Contas, pelo Auditor-Geral ou pelas equipes de auditoria, na hipótese de obstrução no curso de suas fiscalizações ou sonegação de documentos

Parágrafo único. O Auto de Infração terá a instrução e o rito do ctivo processo estabelecidos no Regimento Interno e será etido, em qualquer hipótese, à homologação do Tribunal "Art. 49. Após a elaboração de relatório preliminar, havendo irregularidades, o Tribunal de Contas notificará os responsáveis do seu inteiro teor para que estes apresentem defesa prévia no prazo de tinta dias, na forma definida no Regimento Interno."

Parágrafo único. Durante a instrução do processo, o Relator poderá, ainda, solicitar parecer do Ministério Público de Contas, proposta de voto da Auditoria Geral ou mesmo relatório aditivo ou complementar voto ua Auditoria Geral ou mesmo relatório aditivo ou complementar de órgão específico, sendo de seu arbítrio o prazo de conclusão de tais exigências, assegurando à parte interessada a oportunidade de pronunciar-se sobre o conteúdo do parecer ou relatório aditivo, nos casos em que forem apresentados fatos novos."

"Art. 62......

b) do terceiro que, como contratante, contratado ou parte ressada na prática do mesmo ato, de qualquer modo haja concorrido para o cometimento do dano apurado.

"Art. 63. Quando julgar as contas irregulares, havendo débito, o Tribunal condenará o responsável ao pagamento da dívida, atualizada monetariamente, nos termos disciplinados em Resolução, podendo, ainda, aplicar as sanções previstas no art. 73 desta Lei."

XII - Descumprimento de Decisão colegiada do Tribunal de Contas: multa no valor compreendido entre 30% (trinta por cento) e 50% (cinquenta por cento) do limite fixado no caput deste artigo.

§ 11. O Presidente indeferirá as petições de recurso quando ausentes os pressupostos de legitimidade e tempestividade, ressalvada a competência do Relator. (ACR)"

IV - contra decisões do Presidente, em juízo de admissibilidade de recursos, dirigida ao mesmo, no prazo de 15 (quinze) dias, apreciada pelo Pleno, na forma prevista no Regimento Interno e recebida exclusivamente no efeito devolutivo. (ACR)

"Art. 83. À Parte, ao Terceiro juridicamente interessado e ao Ministério Público de Contas é atribuída legitimidade para propor, por ação própria ou por provocação da Administração Pública, o Pedido de Rescisão de julgado, sem efeito suspensivo, desde que:

"Art. 92. Os Conselheiros e Auditores têm prazo de noventa dias, a partir da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial do Estado, prorrogável por cento e oitenta dias, no máximo, mediante solicitação escrita, para posse e exercício no cargo. "Art. 103...

V - apreciar e julgar denúncias formuladas contra Prefeito Municipal, Presidentes de Câmara de Vereadores, Mesas Diretoras de Câmaras Municipais e as relativas aos demais jurisdicionados do Tribunal de Contas, ressalvada a competência do Pleno estabelecida no inciso X do art. 102 desta Lei;

§1º Os membros do Ministério Público de Contas somente se pronunciarão ou solicitarão vista de processos, no Pleno e nas Câmaras, durante a fase da respectiva discussão.

\$2º Os membros de Ministério Público de Contas somente poderão interpor recursos ou propor pedido de rescisão nos processos em cura obraças."

§ 7º Em caso de ausências e impedimentos, por motivo de licença, férias, ou outro afastamento legal, o Procurador Geral designará, dentre os membros, o seu substituto, a quem poderá delegar atribuições administrativas e funcionais e na falta deste a substituição automática se procederá, sucessivamente, pelo mbro mais antigo."

I - exercer a chefia e representação do Ministério Público de Contas, dirigindo suas atividades funcionais;

§ 1º Os Auditores ficarão vinculados aos processos conclusos que lhes forem distribuídos para relatar.

"Art. 127.

§ 3º Os vencimentos dos cargos de Procurador do Tribunal de Contas, símbolo Procurador TCPC-III, serão estabelecidos na forma do § 3º do art. 127 desta Lei, observando-se uma diferença de 5,5 % (cinco vírgula cinco por cento) sobre o vencimento de uma para outra categoria da carreira.

"Art. 136. Os servidores do Tribunal de Contas só poderão sei "Art. 136. Os servidores do Iribunal de Contas so poderão ser cedidos a Poderes, órgãos e unidades da administração direta e indireta da União, Estados ou Municípios sem ônus para o Tribunal de Contas, ressalvada a cessão a Poderes, órgãos e unidades da administração direta e indireta do Estado de Pernambuco, que será regida pelos termos disciplinados em convênios de cooperação técnica, observadas as normas da Lei Estadual nº 12.595, de 04 de iunho de 2004

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação retroagem a 1º de fevereiro de 2005.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Elias Lira Deputado

Sala da Comissão de Redação de Leis, em 28 de junho de 2005.

Presidente: Claudiano Martins.

eis os (4) deputados: Aglailson Júnior, Izaías Régis. Irquisa, Soldado Moisés.

#### Parecer N° 5174/2005

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Substitutivo nº01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 955/2005, já aprovado com sua respectiva subemenda, em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final

> enta: Altera a Lei Estadual nº 12.595, de 04 de junho Altera a Lei Estadual nº 12.595, de 04 de junno de 2004, que dispõe sobre o plano de cargos e evolução funcional dos grupos ocupacionais de controle externo e de apoio ao controle externo do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e dá outras providências

Art. 1º O inciso I e o Parágrafo Único, do Art. 24 da Lei nº 12.595, de 04 de junho de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - a cessão de servidores a Poderes, órgãos e unidades da administração direta e indireta da União, Estados ou Municípios darse-á sem ônus para o TCE/PE, ressalvada a cessão a Poderes, órgãos e unidades da administração direta e indireta do Estado de Pernambuco, que será regida pelos termos disciplinados em convênios de cooperação técnica;

Parágrafo Único Competirá ao Tribunal Pleno deliberar sobre o ônus e a renovação da cessão dos servidores que atualmente se

encontram à disposição de outros órgãos e entidades." Art. 2º O art. 29 da Lei Estadual nº 12.595, de 04 de junho de 2004, a a vigorar acrescido dos §§ 1º e 2º, com a seguinte redação

"Art. 29.
§ 1º A gratificação de que trata o caput deste artigo poderá ser atribuída ao número máximo de até 140 (cento e quarenta) servidores de outros órgãos e entidades à disposição do Tribunal de Contas, dentre os quais é limitado em 60 (sessenta) o número máximo de servidores do Poder Executivo do Estado de Pernambuco aos quais pode ser atribuída a gratificação em questão. § 2º Os servidores de outros órgãos e entidades que atualmente se encontram à disposição deste Tribunal continuação a perceber a entonitaria a disposição deste influenta continuarão a perceber a gratificação de que trata este artigo, inclusive quando da renovação de suas cessões, ainda que superados os limites fixados no parágrafo anterior."

parágrafo anterior." Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Deputado

Sala da Comissão de Redação de Leis, em 28 de junho de 2005.

lator : Flias I ira.

voráveis os (4) deputados: Aglailson Júnior, Izaías Régis, cilda Urquisa, Soldado Moisés.

#### Parecer N° 5175/2005

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 956/2005, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

> reajusta os vencimentos base dos cargos que integram o Quadro de Pessoal dos Grupos Ocupacionais de Controle Externo (GOCE) e de Apoio ao Controle Externo (GOACE), bem como os vencimentos-base dos cargos em comissão e os valores das funções gratificadas, integrantes da estrutura organizacional do Tribunal de Contas do Estado de Pernam

Art. 1º Os valores dos vencimentos-base dos cargos que integram o Art. 1º Os valores dos vencimentos-base dos cargos que integram o Quadro de Pessoal dos Grupos Ocupacionais de Controle Externo (GOCE) e de Apoio ao Controle Externo (GOACE), constante dos Anexos I e II da Lei Estadual nº 12.595, de 04 de junho de 2004, com as alterações da Lei Estadual nº 12.634, de 13 de julho de 2004 base de 18 de 1 2004, bem como os valores dos vencimentos-base dos cargos em comissão e os valores das funções gratificadas, integrantes da estrutura organizacional do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, constante do Anexo Único da Lei Estadual nº 12.594. Pernambuco, constante do Anexo Único da Lei Estadual nº 12.594, de 03 de junho de 2004, com as alterações da Lei Estadual nº 12.634, de 13 de julho de 2004, ficam reajustados em onze por cento, a partir de 1º de junho de 2005.

Art. 2º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 2005.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Elias Lira Deputado

Sala da Comissão de Redação de Leis. m 28 de junho de 2005

Relator : Elias Lira. Favoráveis os (4) deputados: Aglailson Júnior, Izaías Régis, Jacilda Urquisa, Soldado Moisés.

## Parecer N° 5176/2005

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 960/2005. já aprovado com sua respectiva Ernenda nº01, em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Altera a redação dada pela Lei Estadual nº 12.758, de 24 de janeiro de 2005, ao § 4º do art. 11 da Lei Estadual nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 1° O § 4° do art. 11 da Lei Estadual nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003, alterado pela Lei Estadual nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003, alterado pela Lei Estadual nº 12.758, de 24 de janeiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

Judiciário:

"Art. 11.

§ 4º A concessionária ou permissionária de que trata oinciso IV deste artigo será de livre escolha do Governador do Estado, vedada a repetição no mandato subsegüente

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Flias Lira

comissão de Redação em 28 de junho de 2005.

Presidente: Claudiano Martins Relator: Elias Lira.

Favoráveis os (4) deputados: Aglailson Júnior, Izaías Régis, Jacilda Urguisa, Soldado Moisés,

#### Parecer N° 5177/2005

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final: ente o Projeto de Lei Ordinária nº 972/2005, já aprovado em segunda e última discussão, é

Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso de imóvel que indica, e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Estado de Pernambuco autorizado a ceder ao Município de São Bento do Una, pelo prazo de 04 (quatro) anos, o direito de uso dos imóveis localizados na Rua Laurindo Lins Cavalcante, nºs 156 e 164, Centro, São Bento do Una, neste Estado, integrantes de seu

2º A cessão de que trata o artigo anterior deverá operar-se a título gratuito, sendo os imóveis destinados à instalação de estat

Art. 3º Os imóveis objetos da cessão de uso, devem destinar-se exclusivamente ao fim previsto no art. 2º desta Lei, obrigando-se o Cessionário a dar a destinação devida aos imóveis cedidos, e bem assim a mantê-los em bom estado de conservação e uso, sob pena de rescisão contratual, respondendo o cessionário por perdas e danos.

Art. 4º Findo o período de vigência da cessão de uso, a renovação para novo período dar-se-á através de lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário

Deputado

Sala da Comissão de Redação de Leis, em 28 de junho de 2005.

Presidente: Claudiano Martins.

lator : Elias Lira

is os (4) deputados: Aglailson Júnior, Izaías Régis, Jacilda Urquisa, Soldado Moisés.

#### Parecer N° 5178/2005

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 973/2005, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso de imóvel que indica, e dá outras providências

Art. 1º Fica o Estado de Pernambuco autorizado a ceder ao Município de Inajá, pelo prazo de 05 (cinco) anos, o direito de uso do imóve localizado na Rua Cristo Rei, nº 418, Município de Inajá, neste Estado, com área de terreno de 14.590,19 m2, integrante de seu patrimônio.

Art. 2º A cessão de que trata o artigo anterior deverá operar-se a título gratuito, sendo o imóvel destinado a instalação de uma quadra

Art. 3º O imóvel objeto da cessão de uso, deve destinar-se exclusivamente ao fim previsto no art. 2º desta Lei, obrigando-se o Cessionário a dar a destinação devida ao imóvel cedido, e bem assim a mantê-lo em bom estado de conservação e uso, sob pena de rescisão contratual. respondendo o cessionário por perdas e danos.

Art. 4º Findo o período de vigência da cessão de uso, a renovação para novo período dar-se-á através de Lei

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Elias Lira Deputado

Sala da Comissão de Redação de Leis. em 28 de junho de 2005.

nte: Claudia

residente: Ciaudiano Martins. elator : Elias Lira. avoráveis os (4) deputados: Aglailson Júnior, Izaías Régis, Jacilda Urquisa, Soldado Moisés.

#### Parecer N° 5179/2005

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 976/2005, já aprovado com suas respectivas Emendas, em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Dispõe sobre Modificações no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores do Poder Judiciário e determina providências pertinentes

Art. 1º Os artigos 8º, 10, 13, 27, 30, 33, 34, 44 e 47, da Lei nº 12.643, de 22 de julho de 2004, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 8º. Será concedido ao Oficial de Justiça o Adicional de Atividade Externa, que corresponderá ao valor da Função Gerencial Judiciária,

Sigla FGJ-1, observado o que dispõe o artigo 41 da presente Lei.
Parágrafo único. O Adicional de Atividade Externa de que trata o *caput* deste artigo não será pago, em nenhuma hipótese, ao servidor que

Parágrato único. O Adicional de Atividade Externa de que trata o caput deste artigo não será pago, em nenhuma hipotese, ao servidor que esteja à disposição de outro órgão da Administração Pública."

Art. 10. Será concedido aos servidores lotados no Depósito Público da Capital e na Divisão de Arquivo Geral, Biblioteca, Jurisprudência e Publicações, Memorial da Justiça e 1º, 2º e 3º Acervos de Casamento, estes subordinados à Diretoria de Documentação Judiciária, o Adicional por Condições Especiais de Trabalho, correspondente ao valor da Função de Apoio Judiciário, Sigla FAJ – 1, observado o que dispõe o artigo 41 da presente Lei.

"Art. 13. Em cada Vara, bem como nos Ofícios de Distribuidor e Contador, de Avaliador Judiciál, de Depositário Público e de Partidor Judiciál, rodos oficializados, bayerá uma Secretaria, qua função de chefia será atribuída a um Analista, Judiciário qua um Técnico, Judiciário com Nível.

todos oficializados, haverá uma Secretaria, cuja função de chefia será atribuída a um Analista Judiciário ou a um Técnico Judiciário com Nível Superior Completo e, somente na ausência desses, a um Técnico Judiciário e, na falta desse, a um Auxiliar Judiciário, todos do Grupo

§1º. Será atribuída a Função Gerencial Judiciária, Sigla FGJ-1, ao servidor designado para o desempenho das funções previstas neste artigo.

§2° ...... "Art. 27

III – a carreira de Auxiliar Judiciário, Grupo Judiciário, referência PJ-I, será composta pelo anterior cargo de Auxiliar Judiciário de Primeira e de

IV – a carreira de Técnico Judiciário, Grupo Judiciário, referência PJ-II, será composta pelos anteriores cargos de:

Parágrafo único. A gratificação de função policial instituída pela Lei nº 9.637 de 11 de janeiro de 1985 e alterada pelas Lei s nº 9.761 de 26 de novembro de 1985, nº 10.105 de 22 de março de 1988, nº 10.881 de 20 de abril de 1993, nº 11.568, de 02 de setembro de 1998 e nº 11.569, de 04 de setembro de 1998, atribuída ao cargo de Agente de Segurança no âmbito do Poder Judiciário fica extinta a partir do seu enquadramento."

d) Atendente Judiciário de Terceira Entrância:

VIII – 14 (quatorze) cargos de Assessor Técnico Judiciário, Símbolo PJC-II; IX – 7 (sete) cargos de Secretário de Desembargador, Símbolo PJC-IV."

"Art. 33. ..

VII - A carreira de Técnico Judiciário de Plenário, Grupo Judiciário, referência PJ-IV, será composta pelo anterior cargo de Taquígrafo

§ 1º Excetua-se do percentual previsto no caput deste artigo os cargos comissionados de Assessor Técnico-Judiciário, símbolo PJC-II, Secretário de Desembargador, símbolo PJC-IV, e Agente de Transporte e Segurança, símbolo PJC-VI, todos vinculados diretamente a gabinete de desembargador.
§ 2º Os cargos comissionados no percentual aludido serão providos por servidores do quadro efetivo do Tribunal de Justiça na medida em que vagarem os existentes ou forem criados novos, na proporção de um para um, começando por servidor do quadro efetivo.
§3º Resolução do Tribunal de Justiça, a ser editada no prazo de 90 dias, regulamentará os casos e condições em que os cargos em comissão referidos no caput deste artigo serão providos, de modo a atender ao disposto no inciso V do art. 3º da Emenda Constitucional nº 19 de 4 de iunho de 1998." junho de 1998.' "Art. 34 .....

IV - 2 (duas) FGJ-1, para o cumprimento do disposto no artigo 14 desta Lei;

V – 3 (três) FGJ-2, para concessão aos Chefes de Seção de Controle das Câmaras:

 V − 3 (třes) FGJ-2, para concessão aos Chetes de Seção de Controle das Câmaras;
 VI − 5 (cinco) FGJ-1, para concessão aos servidores lotados na Auditoria Interna deste Tribunal;
 VII − 14 (quatorze) RG-3, para o cumprimento do disposto no Anexo II, item II, da Lei nº 11.569, de 4 de setembro de 1998;
 VIII − 14 (quatorze) RG-4, para o cumprimento do disposto no Anexo II, item II, da Lei nº 11.569, de 4 de setembro de 1998;
 IX − 2 (duas) FGJ-2, para concessão a servidores lotados na Secretaria Jurídica deste Tribunal;
 X − 2 (duas) FAJ-1, para concessão aos servidores lotados na Seção de Protocolo e Expedição do Tribunal de Justiça;
 XI − 2 (duas) FGJ-1, para concessão aos servidores que estiverem auxiliando o Contador no exercício das atribuições de contador judiciário nos feitos do Tribunal de Justiça; nos feitos do Tribunal de Justiça; XII – 3 (três) FGJ-2, para concessão a servidores lotados no Núcleo de Distribuição e Informação Processual de 2º Grau;

XIII – 3 (três) FSJ-I, para concessão a servidores lotados no Núcleo de Distribuição e Informação Processual de 2º Grau; XIV – 1 (uma) FGJ-2, para concessão a servidor lotado na Diretoria do Foro da Capital ou em órgãos que lhe são diretamente vinculados,

excetuando-se as Secretarias das Varas:

excetuando-se as Secretarias das Varas;

XV – 5 (cinco) FGJ-3, para concessão a servidores lotados na Diretoria do Foro da Capital ou em órgãos que lhe são diretamente vinculados, excetuando-se as Secretarias das Varas;

XVI – 2 (duas) FGJ-1, para concessão a servidores lotados na Coordenadoria de Planejamento e Organização;

XVII – 1 (uma) FGJ-1, para concessão a servidor lotado na Assessoria Especial da Presidência;

XVIII – 1 (uma) FSJ-1, para concessão a servidor lotado na Assessoria Especial da Presidência;

XIX – 2 (duas) FGJ-1, para concessão a servidores lotados na Assessoria de Comunicação Social;

XX – 2 (duas) FGJ-2, para concessão a servidores lotados na Assessoria de Comunicação Social;

XXI – 1 (uma) FSJ-1, para concessão a servidor lotada na Assessoria de Comunicação Social;

XXII – 1 (uma) FGJ-1, para concessão a servidor lotada na Assessoria de Comunicação Social;

XXII – 1 (uma) FGJ-1, para concessão a servidor lotado na Secretaria Judiciária;

XXIII – 1 (uma) FSJ-1, para concessão a servidor lotado na Secretaria Judiciária.

Art. 44. O servidor terá direito ao pagamento pela prestação de serviços extraordinários, desde que realizados no interesse da Administração e previamente autorizados pela Presidência do Tribunal de Justiça.

§ 1º. A implementação do disposto no *caput* deste artigo dependerá da edição de Instrução Normativa do Tribunal de Justiça remuneração nele mencionada ter seu valor acrescido em até 100 (cem) por cento, de conformidade com o disposto no artigo 7º Lei.

§ 2º. Até que seja editada a Instrução Normativa mencionada no § 1º deste artigo a prestação de serviços extraordinários somente poderá ocorrer durante os finais de semana e feriados.

§ 3º. Em nenhuma hipótese os titulares de cargos em comissão, os servidores que percebem função gratificada e os servidores de outros Poderes ou entes da Federação que se encontrem à disposição do Tribunal de Justiça receberão o benefício instituído no caput deste artigo.

§ 4º. Não será considerada função gratificada, apenas para os fins do § 3º deste artigo, as gratificações de exercício e a de incentivo à

Instrução Normativa mencionada no § 1º deste artigo deverá ser editada no prazo máximo de 60 dias a partir da publicação d "Art. 47. A nomeação dos candidatos remanescentes do concurso público divulgado pelo Edital nº 01 de 27 de abril de 2001 e prorrogado até 31 de julho de 2005, observará o cargo anteriormente ocupado pelo servidor cuja exoneração ou demissão originou a vaga a ser preenchida.

Art. 2º. O artigo 12 da Lei nº 12.643 de 22 de julho de 2004 passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos 12-A, 12-B e 12-C "Art. 12-A. Será concedido aos servidores à disposição do Poder Judiciário Estadual que desempenhem a função de motorista o Adicional de

Função de Motorista, o qual corresponderá ao valor da Função de Apoio Judiciária, Sigla FAJ-1.

Parágrafo único. O adicional de que trata este artigo não será concedido, em nenhuma hipótese, ao servidor ocupante de cargo em comissão.

Art. 12-B. Será concedido aos servidores lotados na Diretoria Financeira, o Adicional de Risco Financeiro, o qual corresponderá ao valor da Função Gerencial Judiciária, Sigla FGJ-3, observado o que dispõe o artigo 41 da presente Lei.

Parágrafo único. O Adicional de que trata este artigo não poderá ser concedido a mais de 26 (vinte e seis) servidores

Art. 12-C. Será concedido aos servidores lotados na Diretoria de Engenharia, o Adicional de Desempenho de Função Técnica, o qual corresponderá ao valor da Função Gerencial Judiciária, Sigla FGJ-1, observado o que dispõe o artigo 41 da presente Lei

Parágrafo único. O Adicional de que trata este artigo somente poderá ser concedido aos servidores com graduação em Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica ou Arquitetura, limitada a sua concessão a 17 (dezessete) servidores

Art. 3°. O artigo 45 da Lei nº 12.643 de 22 de julho de 2004 passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos 45-A e 45-B:

Art. 45-A. Aos servidores ativos, títulares de cargos de provimento efetivo do Poder Judiciário do Estado, será devido o beneficio do auxilio-alimentação que será pago em pecúnia, cujo valor corresponderá ao percentual de 40% (quarenta por cento) da menor remuneração

Parágrafo único. O benefício de que trata o caput deste artigo não será pago, em nenhuma hipótese, ao servidor que esteja à disposição de outro órgão da Administração Pública

"Art. 45-B. Os Técnicos Judiciários de Terceira Entrância que respondem pelo Terceiro e Quarto Cartórios de Registro Geral de Imóveis da Capital, postos em extinção pelo artigo 7º, Grupo 02, da Lei nº 10.947 de 2 de setembro de 1993, passam a ser designados de Oficial do Registro de Imóveis do Terceiro Ofício da Capital, ambos com referência PJ-OR.

OR. § 1°. Os vencimentos dos titulares dos Ofícios mencionados no *caput* deste artigo são calculados na forma do artigo 7° da presente Lei, observados os valores constantes no anexo VII. § 2°. Será atribuída aos titulares dos Ofícios mencionados no *caput* deste artigo a Função Gerencial Judiciária, sigla FGJ-1. Art. 4°. Ficam revogados a alínea *d* do inciso I e o § 4° do artigo 5° e a alínea *c* do inciso VI do artigo 27 da Lei nº 12.643 de 22 de julho de 2004.

Art. 5°. Fica acrescido ao vencimento-base dos servidores simbolizados pela Sigla PJC-VI, constante do Anexo II da Lei nº 12.643 de 22 de

Art. 6°. Fica estendido ao servidores simbolizados pela sigla P30-Vi, paramento de 42% (quarenta e dois por cento), com vigência a patrir de 1º de Janeiro de 2005.

Art. 6°. Fica estendido aos servidores simbolizados pela Sigla JEC-II o aumento concedido pela Lei nº 12.643 de 22 de Julho de 2004 aos demais cargos comissionados deste Tribunal, com vigência a partir de 1º de Janeiro de 2005.

Art. 7°. O valor da Função Gerencial Judiciária, sigla FGJ-3, constante do anexo V da Lei nº 12.643/04, passa a ser o previsto abaixo:

DENOMINAÇÃO ANTERIOR FUNÇÃO GERENCIAL GRATIFICADA FGG-3

EQUIVALÊNCIA FUNÇÃO GERENCIAL JUDICIÁRIA FGJ-3

VALOR 350,00

Art. 8º. O Anexo III da Lei nº 12.643 de 22 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO III

ANALISTA JUDICIÁRIO – <u>Grupo Judiciário</u> Requisito: Bacharel em Ciências Jurídicas

[...]
TÉCNICO JUDICIÁRIO – Grupo Administrativo

Atribuições: Realizar atividades de nível intermediário a fim de fornecer auxílio técnico e administrativo, favorecendo o exercício da função judicante pelos magistrados e/ou órgãos julgadores e o exercício das funções necessárias ao adequado funcionamento da organização, inclusive as de motorista. Compreende o processamento de feitos, a redação de minutas, o levantamento de dados para elaboração de relatórios estatísticos, planos, programas, projetos e para instrução de processo, a pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência, a emissão de pareceres, relatórios técnicos, certidões, declarações e informações em processo. Envolve a distribuição e controle de materiais de consumo e permanente, a elaboração e conferência de cálculos diversos, a digitação, revisão, reprodução, expedição e arquivamento de documentos e correspondências, a prestação de informações gerais ao público, bem como a manutenção e consulta a bancos de dados e outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade

equisito: Nível Médio Completo

Art. 9° O Anexo IV da Lei nº 12.643 de 22 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação

#### ASSESSOR TÉCNICO JUDICIÁRIO

ASSESSOR TECNICO JUDICIARIO
Atribuições: prestar assessoramento ao Tribunal e demais Órgãos Julgadores, em matéria jurídica e financeira. Auxiliar os Desembargadores, na realização de pesquisas e coletar as informações doutrinárias e jurisprudenciais que lhe forem solicitadas. Realizar estudos doutrinários sobre qualquer matéria jurídica e deles arquivar as cópias, organizando índices dos respectivos assuntos para orientação futura em casos iguais ou semelhantes, acompanhar a legislação geral ou específica e a jurisprudência judiciária para os fins de sua aplicação. Prestar assessoramento, em matéria jurídica, aos Desembargadores. Cooperar na revisão das notas taquigráficas e cópias dos votos e acórdãos do Desembargador, antes de sua juntada nos autos. Controlar o trâmite dos processos no âmbito do Gabinete. Executar outros encargos compatíveis com suas atribuições, que forem determinadas pelo Desembargador. Realizar as demais tarefas disciplinadas em Resolução do Tribunal

Requisito para o provimento: bacharelado em Direito

#### SECRETÁRIO DE DESEMBARGADOR

Atribuições: classificar os votos proferidos pelo Desembargador e velar pela conservação das cópias, organizando os índices necessários à consulta; apresentar ao Desembargador cópia do voto por ele proferido, nos casos de julgamento interrompido e sempre que em pauta se encontrem feitos como embargos, revisão criminal, ação rescisória, etc.; auxiliar o Desembargador na revisão das notas taquigráficas; fazer pesquisas bibliográficas, jurisprudenciais e legislativas e executar outros trabalhos compatíveis com as atribuições que forem determinadas

Art. 10 Fica acrescido à Lei nº 12.643 de 22 de julho de 2004 o seguinte anexo VII:

#### "ANEXO VII

SÍMBOLO CARGO VENCIMENTO-BASE OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO TERCEIRO OFÍCIO DA CAPITAL PJ-OR 1.952.00 OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO QUARTO OFÍCIO DA CAPITAL PJ-OR 1.952.00

Art. 11 As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão realizadas mediante dotação orçamentária própria Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 Revogam-se as disposições em contrário, em especial o artigo 12 da Lei nº 11.569 de 4 de setembro de 1998.

Elias Lira Deputad

Sala da Comissão de Redação de Leis. em 28 de junho de 2005.

sidente: Claudiano Martins

elator : Flias I ira

dos: Aglailson Júnior, Izaías Régis, Jacilda Urquisa, Soldado Moisés

#### Parecer N° 5180/2005

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Projeto de Lei Complementar nº 977/2005, já aprovado em segunda e última cussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Dispõe sobre a criação do Juizado de Trânsito e determina providências pertin

Art. 1º Fica instituído na Comarca da Capital o Juizado de Trânsito, como unidade judiciária especial móvel, sob supervisão e orientação da

Coordenadoria dos Juizados Especiais. § 1º O Juizado irá dispor de veículos apropriados, adaptados para a prestação dos serviços cartorários e para a realização de audiências imediatamente após a ocorrência de acidentes entre veículos.

§ 2º As equipes das unidades móveis serão compostas de

I - 1 (um) Mediador;

II - 1 (um) Oficial de Justica/Avaliador

III – 1 (um) Assistente/Técnico Judiciário: IV – 1 (um) Policial Militar

iv – 1 (uni) Motorista.
V – 1 (um) Motorista.
Art. 2° Compete ao Juizado de Trânsito o atendimento dos conflitos decorrentes de acidentes entre veículos, onde haja, exclusivam

Art. 3º O Juizado de Trânsito não atuará nos casos de:

I - Acidentes de trânsito com vítimas fatais ou com lesões graves; II - Acidentes cujo dano seja superior ao valor de alçada dos juizados especiais

III – Acidentes envolvendo veículos da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados e dos Municípios

III — Acudentes envolvendo verdos da Administração Pública direta e indireta da Offialo, dos Estados e dos indirectipos.

Art. 4º A evasão de qualquer das partes não impedirá o atendimento pela unidade móvel do Juizado.

Art. 5º As unidades móveis atenderão a chamados de acidentes ocorridos de segunda a sexta-feira, no período de 07:00 às 19:00 horas, nas localidades especificadas pela Administração, observando-se as zonas de maior ocorrência de acidentes.

Art. 6º Ficam estabelecidos os seguintes procedimentos para o atendimento através das unidades móveis do Juizado:

I - A equipe do Juizado se deslocará ao local em caso de acidente que resulte apenas danos materiais, sem óbito ou lesões de natureza

grave;
II - O Oficial de Justiça Avaliador avaliará os danos materiais provocados pela colisão dos veículos, especificando a situação encontrada e identificando as partes envolvidas;
III - Será realizada audiência no local do acidente por Mediador, que tentará, através de acordo, a solução imediata do conflito;
IV Hausando acordo, será lavrado termo e coletarias as assinaturas dos acordantes;

IV - Havendo acordo, será lavrado termo e coletadas as assinaturas dos acordantes;

V - O termo de acordo e a documentação a ele acostada serão remetidos pelo Mediador ao Juiz de Direito, no prazo de 24 horas, para a devida homologação. VI - Não havendo acordo, serão coletadas de imediato as provas necessárias para a lavratura de um Termo de Reclamação

devidamente assinado pela(s) parte(s) inconformada(s), e será marcada a audiência de instrução e julgamento, ficando as partes já

VII - A documentação será remetida ao Juizado, no prazo de 24 horas, para a devida autuação, tombamento e designação da audiência de

Parágrafo Único. Aos servidores que desempenharem a função de Mediador será concedida a Função Gerencial Judiciária,

Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão realizadas mediante dotação orçamentária

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário

ANEXO I

DENOMINAÇÃO FUNÇÃO GERENCIAL JUDICIÁRIA VALOR (R\$) 700,00 SÍMBOLO

> Elias Lira Deputado

Sala da Comissão de Redação de Leis. m 28 de junho de 2005

sidente: Claudiano Martins elator : Flias I ira

Favoráveis os (4) deputados: Aglailson Júnior, Izaías Régis, Jacilda Urquisa, Soldado Moisés.

## Parecer N° 5181/2005

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 990/2005, já aprovado com sua respectiva Subemenda Substitutiva nº01, em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

**Ementa:** Modifica a Lei nº 12.777, de 23 de março de 2005, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores efetivos da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Art. 1° A Lei n° 12.777, de 23 de março de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações "Art.8° ......

II - cedidos a outro órgão ou entidade, observado o disposto no inciso IV do art. 59 da Lei nº 6.123, de 20 de julho de 1968;

IV – que não tenha cumprido o interstício mínimo de trezentos e sessenta e cinco dias no último padrão ou referência da classe.

"Art. 16. Ao servidor é assegurada a participação na Avaliação de Desempenho Funcional, mediante o conhecimento dos critérios e instrumentos de avaliação, bem como do seu resultado, dele podendo recorrer à Comissão de Avaliação de

Art. 17. Fica criada, em substituição à atual Comissão de Eficiência, a Comissão de Avaliação de Desempenho, que será composta por seis membros, sendo três titulares e três suplentes, designados pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

§ 1º A Comissão de Avaliação de Desempenho será presidida por um Procurador, indicado pelo Procurador Geral da Assembléia

Legislativa do Estado. § 2º O Sindicato dos Servidores da Assembléia Legislativa indicará um servidor para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho na qualidade de membro titular. § 3º Os demais membros da Comissão de Avaliação de Desempenho serão indicados pelo Primeiro Secretário dentre servidores

da Assembléia Legislativa do Estado.

64 º Os membros da Comissão de Avaliação de Desempenho terão mandatos correspondentes a duas sessões legislativas e não poderão ser reconduzidos para mandato subseqüente. "Art.18

§ 1º Para fins de aplicação no disposto no inciso III deste artigo, consideram-se avaliadores os servidores ocupantes dos cargos

de chefia imediata dos servidores avaliados. § 2º As avaliações efetuadas na forma do § 1º deste artigo serão submetidas à homologação dos servidores ocupantes dos cargos de chefia mediata dos servidores avaliados.

'Art. 21. A Comissão de Avaliação de Desempenho enviará os Formulários de Avaliação de Desempenho nos seguintes termos: I - a avaliação dos servidores estáveis será realizada anualmente com base nas situações constituídas e compreendidas nos

trezentos e sessenta e cinco dias que antecederem à avaliação: III - a Comissão de Avaliação de Desempenho, após análise dos Formulários de Avaliação de Desempenho e das informações contidas nos assentamentos funcionais, providenciará a publicação preliminar, no Diário Oficial do Estado, das listas de

contidas nos assentamentos funcionais, providenciará a publicação preliminar, no Diário Oficial do Estado, das listas de merecimento e antiguidade;
III - o servidor que discordar das informações contidas na lista terá o prazo de cinco dias úteis, contados a partir da publicação preliminar das listas de merecimento e antiguidade, para interpor recurso perante a Comissão de Avaliação de Desempenho;
IV - depois de analisados e julgados os recursos, a Comissão de Avaliação de Desempenho homologará as listas de merecimento e antiguidade, publicando no Diário Oficial do Estado o resultado final;
V - transcorridos os prazos recursais e após decisão administrativa da qual não caiba mais recurso, a Comissão de Avaliação de

Desempenho, com base nos elementos, nas listagens de merecimento e antiguidade, encaminhará, após a homologação, à Superintendência de Planejamento, Execução Orçamentária e Financeira, a fim de que seja identificada a repercussão financeira e verificado não haver violação aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal; VI - identificada a repercussão financeira e verificado não haver violação aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, a

VI - identificada a repercussão financeira e verificado não haver violação aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Superintendência de Planejamento, Execução Orçamentária e Financeira encaminhará à Superintendência de Recursos Humanos, a fim de que sejam elaborados os atos de progressão e ou promoção.'
"Art. 23. Os servidores, ativos e inativos, serão enquadrados nas classes e nos níveis de diferenciação dos estágios salariais desse Plano de Cargos e Carreiras, conforme Anexo II desta Lei. §1º O enquadramento será feito levando em consideração unicamente o montante percebido a título de vencimento-base. §2º Na hipótese de vir a ser enquadrado no último estágio salarial da classe a que pertence e não havendo outra classe subseqüente, o servidor terá assegurada a percepção da diferença como vantagem pessoal, individualmente nominada, sobre a qual incidirão os reajustes gerais concedidos aos servidores da Assembléia Legislativa do Estado."

"Art. 25 Erica criada a Comissão de Enguadramento, constituída nos moldes da 11 7, que figará encarregada de estabelecer os

"Art. 25. Fica criada a Comissão de Enquadramento, constituída nos moldes do art. 17, que ficará encarregada de estabelecer os critérios de enquadramento, observadas as diretrizes do art. 6º, e promover o enquadramento dos servidores ativos e inativos na

criterios de enquadramento, observadas as diretrizes do art. 6°, e promover o enquadramento dos servidores ativos e inativos na nova estrutura do Plano de Cargos e Carreiras disciplinado nesta Lei."

"Art. 34. Quando do enquadramento realizado nos termos do art. 26 desta Lei, ficarão extintos os cargos efetivos integrantes do atual quadro de pessoal permanente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco."

Art. 2º Ficam convertidos, a partir da data de entrada em vigor desta Lei, em valores monetários, que passarão a ser pagos como parcela autônoma única de irredutibilidade, com denominação e código próprio, os valores percebidos pelos servidores, ativos, inativos e pensionistas, da Assembléia Legislativa do Estado, a título de:

I – estabilidade financeira ou incorporação;

II – parte da parcela autônoma criada pelo art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 11.640, de 04 de maio de 1999, quanto ao montante incidente sobre vantagens pessoais;

III – demais parcelas autônomas instituídas por força de leis anteriores.

§ 1º A conversão de que trata o caput deste artigo não poderá resultar em decesso remuneratório.
 § 2º A parcela autônoma instituída na forma do caput deste artigo ficará sujeita a reajuste de acordo com a política de revisão

§ 2º A parcela autônoma instituída na forma do caput deste artigo ficará sujeita a reajuste de acordo com a política de revisão geral da remuneração dos servidores da Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 3º Fica extinta, a partir da entrada em vigor desta Lei, a parte da parcela autônoma criada pelo art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 11.640, de 04 de maio de 1999, quanto ao montante não incidente sobre vantagens pessoais, incorporando-se o seu valor ao vencimento-base dos servidores do quadro de pessoal efetivo da Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogados os arts. 33 e 38 da Lei nº 12.777, de 23 de março de 2005.

Elias Lira Deputado

Sala da Comissão de Redação de Leis, em 28 de junho de 2005.

Presidente: Claudiano Martins. Relator : Elias Lira.

Favoráveis os (4) deputados: Aglailson Júnior, Izaías Régis, Jacilda Urquisa, Soldado Moisés.

#### Parecer N° 5182/2005

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 991/2005, já aprovado com sua respectiva ussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Fi

Ementa: Altera o § 2º do art. 4º da Lei Estadual nº 10.707, de 08 de janeiro de 1992.

Art. 1º O § 2º do art. 4º da Lei Estadual nº 10.707, de 08 de janeiro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4° ..

82º Os integrantes da carreira de Procurador da Assembléia Legislativa serão lotados, obrigatoriamente, na Procuradoria Geral da Assembléia, salvo quando nomeados para ocupar cargos em comissão de direção ou designados para assessorar a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, hipótese em que ser-lhe-á atribuída a gratificação prevista no § 1º do art. 23 da Lei Estadual nº 11.641, de 04 de maio de 1999."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao inicio da presente Legislatura

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Elias Lira Deputado

Sala da Comissão de Redação de Leis. em 28 de junho de 2005.

Presidente: Claudiano Martins

lator · Fli

Favoráveis os (4) deputados: Aglailson Júnior, Izaías Régis, Jacilda Urquisa, Soldado Moisés.

## Indicação

#### Indicação N° 4359/2005

Indicamos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas as formalidades Indicamos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito um apelo ao Governador do Estado, Dr. Jarbas Vasconcelos, e ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, Dr. Ricardo Rodrígues, no sentido de que a Associação Comunitária Amigos de Nova Heliópolis, localizada no município de Garanhuns, seja incluída no *Programa Leite de Pernambuco*. Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Governador do Estado de Pernambuco. Dr. Jarbas conhecimento ao Governador do Estado de Pernambuco, Dr. Jarbas de Andrade Vasconcelos, sito ao Palácio do Campo das Princesas, na Praça da República, s/nº, Santo Antônio, Recife/PE; ao Secretário Estadual de Agricultura e Reforma Agrária, Dr. Ricardo Secretario Estadual de Agricultura e Reforma Agraria, Dr. Ricardo Ferreira Rodrígues, sito à Av. Caxangá, nº 2200 - Parque de Exposição do Cordeiro, Bairro do Cordeiro, Recife-PE, e ao Sr. José Paulino da Silva, na Associação Comunitária Amigos de Nova Heliópolis, na Rua Padre Agobar Valença, 702, Heliópolis, Garanhuns/PE, CEP: 55297-400.

A necessidade urgente de incluir a Associação Comunitária Amigos de Nova Heliópolis, situada em Garanhuns, no agreste de Pernambuco, se justifica pelo fato da comunidade representada ser carente, enquadrando-se no perfil da realidade do *Programa Leite* de *Pernambuco*, cujos objetivos são, concomitantemente, reduzir as taxas de mortalidade infantil e promover melhoria de qualidade de vida parte comunidade.

Sala das Reuniões, em 28 de junho de 2005

Soldado Moisés

## Requerimentos

## Requerimento N°

Requeremos à Mesa, nos termos do parágrafo único do artigo 218. do Regimento Interno desta Casa, no sentido de que seja dispensado o interstício para a segunda discussão do Substitutivo  $n^{o}$  01/2004 ao Projeto de Resolução  $n^{o}$  509/2004, de autoria do

Justificativa

Sala das Reuniões, em 28 de junho de 2005

Augusto Coutinho

Adelmo Duarte, Aglailson Júnior, Ana Cavalcanti, Ana Rodovalho, Antônio Figueirôa, Antônio Moraes, Augusto César, Aurora Cristina, Betinho Gomes, Bruno Araújo, Bruno Rodrigues, Ceça Ribeiro, Elias Lira, Ettore Labanca, Izaías Régis, Jacilda Urquisa, José Queiroz, Malba Lucena, Manoel Ferreira, Maviael Cavalcanti, Pastor Cleiton Collins, Pedro Eurico, Roberto Liberato, Sebastião Oliveira Júnior, Silvio Costa Teresa leitão.

**DEFERIDO** 

## Requerimento N° S/N

Requeremos à Mesa e cumpridas as formalidades regimentais seja convocada uma Reunião em caráter extraordinário para o dia 29 (vinte e nove) de junho de 2005, às 18:40 horas, com a finalidade de desobstruir a pauta dos trabalhos legislativos

Justificativa

Sala das Reuniões, em 28 de junho de 2005

Sobastião Rufino

Adelmo Duarte, Alf, Antônio Figueirôa, Augusto César, Augusto Coutinho, Aurora Cristina, Betinho Gomes, Dilma Lins, Elias Lira, Ettore Labanca, Geraldo Coelho, Jacilda Urquisa, José Queiroz, Maviael Cavalcanti, Nelson Pereira, Pastor Cleiton . Roberto Liberato, Sérgio Leite, Sílvio Costa, Soldado Moisés, Teresa Leitão

DEFERIDO

## Requerimento N° 2959/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja concedido um voto de congratulações ao Soldado Moacir Mariano do Nascimento, do 7º Batalhão de Polícia Soldado Moacir Mariano do Nascimento, do 7º Batalhão de Polícia Militar – 7º BPM, pelo reconhecimento público de seu trabalho através do programa radiofônico *Bandeira Dois*. Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Soldado Moacir Mariano do Nascimento, no 7º BPM, sito a Rua Almir de Souza Mascarenhas, s/n, Ouricuri, PE; ao Major Reynaldo Santos de Santana, no 7º Batalhão de Polícia Militar, sito à Rua Almir de Souza Mascarenhas, s/n, Ouricuri, PE; ao Comandante da Polícia Militar do Estado de Permambuco, Coronel Cláudio José da Silva no Quartel do Comando Geral sito à Paças do Depthy S/Nº Silva, no Quartel do Comando Geral, sito à Praça do Derby, S/Nº, Derby, Recife/PE; ao Secretário de Defesa Social, Dr. João Batista Meira Braga, sito à Rua São Geraldo, nº 111 - Santo Amaro - Recife PE, Santo Amaro, Recife/PE e ao comunicador Gino César, sito à Rádio Jornal do Commercio, na Rua Capitão Lima, 250, Santo

O reconhecimento na solenidade *Melhores do Ano*, do programa radiofônico *Bandeira Dois*, produzido e apresentado pelo comunicador Gino César, apenas traduz a valorização profissional por parte da mídia, de um Militar Estadual que cumpre seu dever de defender a sociedade, como Policial Militar. A festa de reconhecimento acontece há 22 anos e tem justamente o objetivo de valorizar, a questão dos profissionais do Seguraças Pública po valorizar a atuação dos profissionais de Segurança Pública no Estado de Pernambuco. Além do Soldado Moacir Mariano do Nascimento, outros 21 Militares Estaduais (entre Policiais e Bombeiros) e 33 profissionais integrados às Polícias Civil, Polícia Científica e Poder Judiciário também foram premiados pelo programa *Bandeira Dois*, da *Rádio Jornal*, que é líder de audiência

Soldado Moisés

#### Requerimento N° 2960/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja concedido um voto de congratulações ao 1º Tenente Marco Aurélio Ramalho de Souza, do Batalhão de Polícia de Radiopatrulha – BPRp, pelo reconhecimento público de seu trabalho através do programa radiofônico Bandeira Dois. Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao 1º Tenente Marco Aurélio Ramalho de Souza, no BPRp, sito a Rua Dom Bosco, 1002, Boa Vista, Recife/PE; ao Tenente-Corone Eduardo Jorge de Carvalho Fonseca, no Batalhão de Polícia de Eduardo Jorge de Carvalho Fonseca, no Batalhão de Polícia de Radiopatrulha, sito à Rua Dom Bosco, 1002, Boa Vista, Recife/PE, ao Comandante da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, Coronel Cláudio José da Silva, no Quartel do Comando Geral, sito à Praça do Derby, S/N°, Derby, Recife/PE; ao Secretário de Defesa Social, Dr. João Batista Meira Braga, sito à Rua São Geraldo, nº 111 - Santo Amaro - Recife - PE, Santo Amaro, Recife/PE e ao comunicador Gino César, sito à *Rádio Jornal do Commercio*, na Rua Capitão Lima, 250, Santo Amaro, Recife/PE.

O reconhecimento na solenidade *Melhores do Ano*, do programa radiofônico *Bandeira Dois*, produzido e apresentado pelo comunicador Gino César, apenas traduz a valorização profissional por parte da mídia, de um Militar Estadual que cumpre seu dever de defender a sociedade, como Policial Militar. A festa de reconhecimento acontece há 22 anos e tem justamente o objetivo de valorizar a atuação dos profissionais de Segurança Pública no Estado de Pernambuco. Além do 1º Tenente Marco Aurélio Ramalho de Souza, outros 21 Militares Estaduais (entre Policias e Bombeiros) a 33 profissionais integrados às Polícias Civil Polícia (instiffica e e 33 profissionais integrados às Polícias Civil, Polícia Científica e Poder Judiciário também foram premiados pelo programa *Bandeira Dois*, da *Rádio Jornal*, que é líder de audiência há 13 anos.

Sala das Reuniões, em 27 de junho de 2005

#### Requerimento N° 2961/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas as formalidades Requeremos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja concedido um voto de congratulações ao 2º Sargento José Marco Tomé de Oliveira, do Batalhão de Polícia de Trânsito – BPTran, pelo reconhecimento público de seu trabalho através do programa radiofônico Bandeira Dois. Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao 2º Sargento José Marco Tomé de Oliveira, no BPTran, sito a Rua Arsênio Calaça, 600, San Martin, Recife, PE; ao Tenente Coronel Ademir Moraes de Andrade, no Batalhão de Polícia de Trânsito, sito à Rua Arsênio Calaça, 600, San Martin, Recife, PE; ao Comandante da Polícia Militar do Estado de Penamburo. Coronel Cláudio, José da Polícia Militar do Estado de Penamburo. Coronel Cláudio, José da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, Coronel Cláudio José da Silva, no Quartel do Comando Geral, sito à Praça do Derby, S/Nº. Derby, Recife/PE; ao Secretário de Defesa Social, Dr. João Batista Meira Braga, sito à Rua São Geraldo, nº 111 - Santo Amaro - Recife - PE, Santo Amaro, Recife/PE e ao comunicador Gino César, sito à Rádio Jornal do Commercio, na Rua Capitão Lima, 250, Santo

O reconhecimento na solenidade Melhores do Ano, do programa O reconhecimento na solenidade Melhores do Ano, do programa radiofônico Bandeira Dois, produzido e apresentado pelo comunicador Gino César, apenas traduz a valorização profissional por parte da mídia, de um Militar Estadual que cumpre seu dever de defender a sociedade, como Policial Militar. A festa de reconhecimento acontece há 22 anos e tem justamente o objetivo de valorizar a atuação dos profissionais de Segurança Pública no Estado de Pernambuco. Além do 2º Sargento José Marco Tomé de Oliveira, outros 21 Militares Estaduais (entre Policiais e Bombeiros) e 33 profissionais integrados às Polícias Civil, Polícia Científica e Poder Judiciário também foram premiados pelo programa Bandeira Dois, da Rádio Jomal, que é líder de audiência há 13 anos.

Sala das Reuniões, em 27 de junho de 2005

Sala das Reuniões, em 27 de junho de 2005

Soldado Moisés

## Requerimento N° 2962/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas as formalidad regimentais, que seja concedido um voto de congratulações ao 3º Sargento Ednaldo Correia de Siqueira, do 14º Batalhão de Polícia Militar – 14º BPM, pelo reconhecimento público de seu trabalho Militar – 14° BPM, pelo reconhecimento público de seu trabalho através do programa radiofônico *Bandeira Dois*. Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dé-se conhecimento ao 3° Sargento Ednaldo Correia de Siqueira, no 14° BPM, sito a Rua 2, s/n, Vila da Cohab, Serra Talhada, PE; ao Tenente Coronel Figner Alves Cambuim, no 14° Batalhão de Polícia Militar, sito à Rua 2, s/n, Vila da Cohab, Serra Talhada, PE; ao Comandante da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, Coronel Cláudio José da Silva, no Quartel do Comando Geral, sito à Praça do Derby, S/N°, Derby, Recife/PE; ao Secretário de Defesa Social, Dr. João Batista Meira Braga, sito à Rua São Geraldo, nº 111 - Santo Amaro - Recife - PE, Santo Amaro, Recife/PE e ao comunicador Gino César, sito à *Rádio Jornal do Commercio*, na Rua Capitão Lima, 250. Santo Amaro, Recife/PE. Commercio, na Rua Capitão Lima, 250, Santo Amaro, Recife/PE.

radiofônico Bandeira Dois, produzido e apresentado pelo

comunicador Gino César, apenas traduz a valorização profissional por parte da mídia, de um Militar Estadual que cumpre seu dever de defender a sociedade, como Policial Militar. A festa de reconhecimento acontece há 22 anos e tem justamente o objetivo de valorizar a atuação dos profissionais de Segurança Pública no Estado de Pernambuco. Além do 3º Sargento Ednaldo Correia de Siqueira, outros 21 Militares Estaduais (entre Policiais e Bombeiros) orqueira, duttos 21 Milliardes Estaduais (entre l'olicias à Bolliciardes e Bollic

#### Requerimento N° 2963/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas as formalidades Requeremos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja concedido um voto de congratulações ao Soldado Nilson Gomes da Silva Filho, do 11º Batalhão de Polícia Militar – 11º BPM, pelo reconhecimento público de seu trabalho através do programa radiofônico Bandeira Dois. Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Soldado Nilson Gomes da Silva Filho, no 11º BPM, sito a Estrada Valha de Água Fria sign Aperia/PE: ao (Comandante do Velha de Água Fria,s/nº, Água Fria, Recife/PE; ao (Comandante do 11º BPM), no 11º Batalhão de Polícia Militar, sito à Estrada Velha de Água Fria,s/nº, Água Fria, Recife/PE; ao Comandante da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, Coronel Cláudio José da Silva, no Nullitat de Estado de Perifambuco, Colorier Cladulo Jose da Sinva, ito Quartel do Comando Geral, sito à Praça do Derby, S/Nº, Derby, Recife/PE; ao Secretário de Defesa Social, Dr. João Batista Meira Braga, sito à Rua São Geraldo, nº 111 - Santo Amaro - Recife - PE, Santo Amaro, Recife/PE e ao comunicador Gino César, sito à Rádio Jornal do Commercio, na Rua Capitão Lima, 250, Santo Amaro,

O reconhecimento na solenidade Melhores do Ano, do programa O reconhecimento na solenidade Melhores do Ano, do programa radiofônico Bandeira Dois, produzido e apresentado pelo comunicador Gino César, apenas traduz a valorização profissional por parte da mídia, de um Militar Estadual que cumpre seu dever de defender a sociedade, como Policial Militar. A festa de reconhecimento acontece há 22 anos e tem justamente o objetivo de valorizar a atuação dos profissionais de Segurança Pública no Estado de Pernambuco. Além do 3º Sargento Ednaldo Correia de Siqueira, outros 21 Militares Estaduais (entre Policiais e Bombeiros) e 33 profissionais integrados às Policias Civil, Polícia Científica e Poder Judiciário também foram premiados pelo programa Bandeira Dois, da Rádio Jomal, que é líder de audiência há 13 anos.

Sala das Reuniões, em 27 de junho de 2005

Sala das Reuniões, em 27 de junho de 2005

Soldado Moisés

# Requerimento N° 2964/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas as forma regimentais, que seja concedido um voto de congratulações ao 1º Tenente Marcos Fernando Costa, do 5º Batalhão de Polícia Militar -5º BPM, pelo reconhecimento público de seu trabalho através do programa radiofônico Bandeira Dois. Da decisão desta Casa e do programa radiofônico Bandeira Dois. Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao 1º Tenente Marcos Fernando Costa, no 5º BPM, sito a Av. Cardoso de Sá, s/n, Vila Eduardo, Petrolina/PE; ao Tenente Coronel Antônio Carlos Tavares Lira, no 5º Batalhão de Polícia Militar, sito à Av. Cardoso de Sá, s/n, Vila Eduardo, Petrolina/PE; ao Comandante da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, Coronel Cláudio José da Silva, no Quartel do Comando Geral, sito à Praça do Derby, S/Nº, Derby, Recife/PE; ao Secretário de Defesa Social, Dr. João Batista Meira Braga, sito à Rua São Geraldo, nº 111 - Santo Amaro - Recife / PE, santo Amaro - Recife / PE ao comunicador Gino César sito à Rádio Santo Amaro, Recife/PE e ao comunicador Gino César, sito à Rádio Jornal do Commercio, na Rua Capitão Lima, 250, Santo Amaro

O reconhecimento na solenidade *Melhores do Ano*, do programa radiofônico *Bandeira Dois*, produzido e apresentado pelo comunicador Gino César, apenas traduz a valorização profissional por parte da mídia, de um Militar Estadual que cumpre seu dever de defender a sociedade, como Policial Militar. A festa de reconhecimento acontece há 22 anos e tem justamente o objetivo de reconhecimento acontece há 22 anos e tem justamente o objetivo de valorizar a atuação dos profissionais de Segurança Pública no Estado de Pernambuco. Além do 1º Tenente Marcos Fernando Costa, outros 21 Militares Estaduais (entre Policiais e Bombeiros) e 33 profissionais integrados às Polícias Civil, Polícia Científica e Poder Judiciário também foram premiados pelo programa Bandeira Dois, da Rádio Jornal, que é líder de audiência há 13 anos.

Sala das Reuniões, em 27 de junho de 2005

Deputado

## Requerimento N° 2965/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja concedido um voto de congratulações ao Tenente-Coronel Dílson e Silva Meira, do 8º Batalhão de Polícia Militar, pelo reconhecimento público de seu trabalho através do programa radiofônico Bandeira Dois. Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Tenente-Coronel Dílson e Silva Meira, no 8º Batalhão de Polícia Militar, sito à BR 232, Km 518, Salgueiro/PE; ao Comandante da Polícia Militar do BR 232, Km 518, Salgueiro/PE; ao Comandante da Policia Militar do Estado de Pernambuco, Coronel Cláudio José da Silva, no Quartel do Comando Geral, sito à Praça do Derby, S/Nº, Derby, Recife/PE; ao Secretário de Defesa Social, Dr. João Batista Meira Braga, sito à Rua São Geraldo, nº 111 - Santo Amaro - Recife - PE, Santo Amaro, Recife/PE e ao comunicador Gino César, sito à *Rádio Jornal do Commercio*, na Rua Capitão Lima, 250, Santo Amaro, Recife/PE.

O reconhecimento na solenidade Melhores do Ano, do programa radiofônico Bandeira Dois, produzido e apresentado pelo comunicador Gino César, apenas traduz a valorização profissional por parte da mídia, de um Militar Estadual que cumpre seu dever de por parte da micia, de um militar Estadual que cumpre seu dever de defender a sociedade, como Policial Militar. A festa de reconhecimento acontece há 22 anos e tem justamente o objetivo de valorizar a atuação dos profissionais de Segurança Pública no Estado de Pernambuco. Além do Tenente-Coronel Dílson e Silva Meira, outros 21 Militares Estaduais (entre Policiais e Bombeiros) e 33 profissionais integrados às Polícias Civil, Polícia Científica e Poder Judiciário também foram premiados pelo programa *Bandeira Dois*, da *Rádio Jornal*, que é líder de audiência há 13 anos.

Sala das Reuniões, em 27 de junho de 2005

Soldado Moisés

# Requerimento N° 2966/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja concedido um voto de congratulações ao Tenente-Coronel Hamilton Freitas da Silva, do 11º Batalhão de Polícia Militar, pelo reconhecimento público de seu trabalho através do programa radiofônico Bandeira Dois. Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Tenente-Coronel Hamilton Freitas da Silva, no 11º Batalhão de Polícia Militar, sito à Estrada Velha de Água da Silva, no 11º Batalhão de Polícia Militar, sito à Estrada Velha de Agua Fria, s/nº, Água Fria, Recife/PE; ao Comandante da Polícia Militar de Stado de Pernambuco, Coronel Cláudio José da Silva, no Quartel do Comando Geral, sito à Praça do Derby, S/nº, Derby, Recife/PE; ao Secretário de Defesa Social, Dr. João Batista Meira Braga, sito à Rua São Geraldo, nº 111 - Santo Amaro - Recife - PE, Santo Amaro, Recife/PE e ao comunicador Gino César, sito à Rádio Jornal do Commercio na Rua Canitão Lima 250. Santo Amaro, Recife/PE Commercio, na Rua Capitão Lima, 250, Santo Amaro, Recife/PE.

O reconhecimento na solenidade *Melhores do Ano*, do programa radiofônico *Bandeira Dois*, produzido e apresentado pelo comunicador Gino César, apenas traduz a valorização profissional por parte da mídia, de um Militar Estadual que cumpre seu dever de defender a sociedade, como Policial Militar. A festa de reconhecimento acontece há 22 anos e tem justamente o objetivo de valorizar a atuação dos profissionais de Segurança Pública no Estado de Pernambuco. Além do Tenente-Coronel Hamilton Freitas da Silva, outros 21 Militares Estaduais (entre Policiais e Bombeiros) da Silva, outros 21 Militares Estaduais (entre Policiais e Bombeiros) e 33 profissionais integrados às Polícias Civil, Polícia Científica e Poder Judiciário também foram premiados pelo programa Bandeira Dois, da Rádio Jornal, que é líder de audiência há 13 anos. Sala das Reuniões, em 27 de junho de 2005

Soldado Moisés

## Requerimento N° 2967/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas as formalidades Requeremos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja concedido um voto de congratulações ao Soldado Inaldo Francisco dos Santos, do 9º Batalhão de Polícia Militar – 9º BPM, pelo reconhecimento público post-mortem de seu trabalho através do programa radiofônico Bandeira Dois. Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento à Srª Jucílene Santos de Araújo, na Rua das Verpenas, 491, Magano, Garanhuns/PE; ao Tenente Coronel. Dilson e Silva Meira, no 9º Batalhão de Polícia Militar, sito à Av. Rui Barbosa, 1122, Heliópolis, Garanhuns/PE: ao Comandante da Polícia Militar do Fstado de Bataillao de Policia Willial, silo a AV. Rui Ballosa, ITZZ, Fieliopolis, Garanhuns/PE; ao Comandante da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, Coronel Cláudio José da Silva, no Quartel do Comando Geral, sito à Praça do Derby, S/Nº, Derby, Recife/PE; ao Secretário de Defesa Social, Dr. João Batista Meira Braga, sito à Rua São Geraldo, nº 111 - Santo Amaro - Recife - PE, Santo Amaro, Recife/PE e ao comunicador Gino César, sito à *Rádio Jornal do Commercio*, na Rua Capitão Lima, 250, Santo Amaro, Recife/PE.

O reconhecimento post-mortem na solenidade Melhores do Ano, do programa radiofônico Bandeira Dois, produzido e apresentado pelo comunicador Gino César, apenas traduz a valorização profissional por parte da mídia, de um Militar Estadual que cumpre seu dever de por parte da mídia, de um Militar Estadual que cumpre seu dever de defender a sociedade, como Policial Militar. A festa de reconhecimento acontece há 22 anos e tem justamente o objetivo de valorizar a atuação dos profissionais de Segurança Pública no Estado de Pernambuco. Além do Soldado Inaldo Francisco dos Santos, outros 21 Militares Estaduais (entre Policiais e Bombeiros) e 33 profissionais integrados às Polícias Civil, Polícia Científica e Poder Judiciário também foram premiados pelo programa Bandeira Dois, da Rádio Jornal, que é líder de audiência há 13 anos.

Sala das Reuniões, em 27 de junho de 2005

Soldado Moisés

## Requerimento N° 2968/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja concedido um voto de aplauso à equipe do Grupo de Estudo, Inteligência e Prevenção a Homicídios - GEIPH, que prendeu dois acusados de assalto. Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Capitão Jorge Luiz de Araújo, na GEIPH, na Praça do Derby, s/nº, Derby, Recife/PE; ao Comandante da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, Coronel Colharinataria de Armicia Millian de Estado de Penhambuco, Combodo Cláudio José da Silva, no Quartel do Comando Geral, sito à Praça do Derby, S/Nº, Derby, Recife/PE e ao Secretário de Defesa Social, Dr. João Batista Meira Braga, sito à Rua São Geraldo, nº 111 - Santo Amaro - Recife - PE, Santo Amaro, Recife/PE.

A equipe do GEIPH, na madrugada do dia 1º de maio, em uma operação, prendeu Thiago Souza e Eduardo Siqueira, todos acusados de assalto e roubo de veículo. Tudo começou por volta de acusados de assalto e roubo de veiculo. I udo começou por volta de 1h20 da manhá, no bairro de Prazeres, quando as viaturas do GEIPH abordaram um veículo que havia sido roubado na noite anterior, no município de Paulista. Os ocupantes do veículo roubado receberam os policiais à bala, que não se intimidaram com o risco de vida ao qual estavam submetidos e cumpriram o dever. Sala das Reuniões, em 27 de junho de 2005

Soldado Moisés Deputado

## Requerimento N° 2969/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as

Legislativos de hoje, voto de aplauso ao Dr. Jair Virgínio, Gerente Geral da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco - ADAGRO, pelo relevante trabalho que vem realizando

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dé conhecimento ao homenageado, com endereço à Av. Caxangá, 2200 - Cordeiro - Recife-PE - 50.711-000, ao Exmo. Sr. Governador do Estado, **Dr. Jarbas Vasconcelos**, com endereço à Praça da República, s/n - Santo Antônio - Recife-PE - 50.010-040, ao Exmo. Sr República, s/n - Santo Antônio - Recife-PE - 50.010-040, ao Exmo. Sr. Vice-Governador do Estado, **Dr. Mendonça Filho**, com endereço à Av. Cruz Cabugá, 1211 - Santo Amaro - Recife-PE - 50.040-000, ao Exo. Sr. Secretário de Produção Rural e Reforma Agrária, **Dr. Ricardo Rodrígues**, com endereço à Av. Caxangá, 2200 - Cordeiro - Recife-PE - 50.711-000 e ao Exmo. Sr. Deputado Federal **André de Paula**, com endereço à Câmara dos Deputados - Praça dos Três Poderes - Gabinete 423 - Anexo IV - Brasília-DF - 70.160-900.

#### Justificativa

O Dr. Jair Virgínio, está à frente da ADAGRO, com competência, dedicação e trabalho, prestando relevante serviço ao Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária, da qual é filiada.

Após a criação da ADAGRO, é notório o empenho na evolução das campanhas vacinais contra a febre aftosa, que vem se destacando entre a população de bovinos e bubalinos do Estado, contabilizando na primeira etapa deste ano, 1.517.133 animais, o que equivale a 90.18% do rebanho estimado do Estado. 90,18% do rebanho estimado do Estado.

Vale destacar que este esforço vem se dando por determinação exclusiva do Governador, Dr. Jarbas Vasconcelos, o qual alocou mais de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para as etapas de

Sala das Reuniões, em 28 de junho de 2005

Maviael Cavalcanti Deputado

#### Atas de Comissões

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2005.

Às dez horas do dia quatorze do mês de junho do ano de dois mil e cinco, no Plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado ALE, reuniram-se os Deputados Jacilda Urguisa, José Queiroz e Sebastião Oliveira Júnior, membros efetivos Urquisa, José Queiroz e Sebastião Oliveira Júnior, membros efetivos, e os Deputados Adelmo Duarte, Aurora Cristina, Lourival Simões e Roberto Liberato, membros suplentes. Observado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a reunião e passou à leitura da ata da reunião anterior, que, não tendo sofrido qualquer impugnação, foi dada por aprovada. Em seguida, o Presidente passou à distribuição das proposições, cujo resultado foi o seguinte: Projeto de Lei Ordinária nº 987/2005, de autoria do Governador do Estado (Expentis: Autoriza o Estado de Peramburo, a doar com encargo o (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica e dá outras providências), distribuído para o Deputado Sebastião Oliveira Júnior; Projeto de Lei Ordinária nº 990/2005, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Modifica a Lei nº 990/2005, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Modifica a Lei nº 12.777, de 23 de março de 2005, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores efetivos da Assembléia Legislativa do Estado de Pemambuco), distribuído para o Deputado ALF; Projeto de Lei Ordinária nº 991/2005, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Altera o § 2º do art. 4º da Lei Estadual nº 10.707, de 08 de janeiro de 1992), distribuído para o Deputado ALF; Veto Parcial, aposto pelo Governador do Estado, ao Projeto de Lei Ordinária n.º 537/2004, de autoria da Deputada Teresa Leitão (Ementa: Institui a Política Estadual de Emento à Economia Ponular Solidária no Estado. de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Pernambuco), distribuído para o Deputado Roberto Liberato; Emenda Modificativa nº 01, apresentada pelo Deputado Guilherme Uchoa (Ementa: Altera o § 3º do art. 11 da Lei nº 12.594, de 03 de junho de 2004), ao Projeto de Lei Ordinária nº 953/2005 (Ementa: Altera a Le 2004), ao Projeto de Lei Ordinária nº 953/2005 (Ementa: Altera a Lei nº 12.594, de 03 de junho de 2004), de autoria do Tribunal de Contas, distribuído para o Deputado Sebastião Oliveira Júnior, por dependência; Emenda Modificativa nº 02, apresentada pelo Deputado Augusto César (Ementa: Modifica o anexo I do Projeto de Lei Complementar nº 946/05 do Poder Executivo), ao Projeto de Lei Complementar nº 946/2005 (Ementa: Unifica as matrizes de venorimento hase dos Argãos que indica, altera estrutura de vencimento base dos órgãos que indica, altera estrutura de vencimento base dos órgãos que indica, altera estrutura de remuneração, e dá outras providências), de autoria do Governador do Estado, distribuído para o Deputado Sebastião Oliveira Júnior, por dependência; Emenda Modificativa nº 03, apresentada pelo Deputado Augusto César (Ementa: Modifica o artigo 7º, do Projeto de Lei Complementar 946/2005 de autoria do Poder Executivo), ao Projeto de Lei Complementar nº 946/2005 (Ementa: Unifica as matrizes de vencimento base dos órgãos que indica, altera estrutura de remuneração, e dá outras providências), de autoria do Governador do Estado, distribuído para o Deputado Sebastião Oliveira Júnior, por dependência; Emenda Modificativa nº 04, apresentada pelo Deputado Augusto César (Ementa: Modifica os artigos 1º e 2º, do Projeto de Lei Augusto César (Ementa: Modifica os artigos 1º e 2º, do Projeto de Lei Complementar 946/2005 de autoria do Poder Executivo), ao Projeto de Lei Complementar nº 946/2005 (Ementa: Unifica as matrizes de de Lei Complementar nº 946/2005 (Ementa: Unifica as matrizes de vencimento base dos órgãos que indica, altera estrutura de remuneração, e dá outras providências), de autoria do Governador do Estado, distribuído para o Deputado Sebastião Oliveira Júnior, por dependência. Em seguida, o Presidente passou à discussão das proposições, cujo resultado foi o seguinte: Proposta de Emenda à Constituição nº 17/2005, de autoria de autoria da Deputada Malba Lucena (Ementa: Dispõe sobre a alteração no artigo 101 da Constituição do Estado de Pernambuco) Relator Deputada Afelmo Constituição do Estado de Pernambuco) Relator Deputada Afelmo Constituição do Estado de Pernambuco), Relator Deputado Adelmo Duarte – Rejeitada por unanimidade; Proposta de Emenda à Constituição nº 19/2005, de autoria do Deputado Betinho Gomes (Ementa: Adite-se ao art. 78 da Constituição Estadual), Relator (Ementa: Adite-se ao art. 78 da Constituição Estadual), Relator Deputado ALF – Aprovada por unanimidade; Projeto de Lei Complementar nº 977/2005, de autoria Presidente do Tribunal de Justiça (Ementa: Dispõe sobre a criação do Juizado de Trânsito e determina providências pertinentes), Relator Deputado Adelmo Duarte – Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 927/2005, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Considera a Festa da Lavadeira Patrimônio Cultural de Pernambuco), Relator Deputado Adelmo Duarte – Concerdido o perido de vistas à Deputada, Jacilda Adelmo Duarte – Concedido o pedido de vistas à Deputada Jacilda Urquisa; Projeto de Lei Ordinária nº 966/2005, de autoria do Deputado Betinho Gomes (Ementa: Institui o Dia Estadual do Forró Pé-de-Serra no Estado de Pernambuco). Relator Deputado Adelmo Duarte Aprovado por unanimidade: Proieto de Lei Ordinária nº 975/2005, de Apriovado por uniformidade, Projeto de Lei Ordinaira in 1973/2003, de autoria do Deputado Antônio Figueirôa (Ementa: Denomina Rodovia Padre Zuzinha, a PE-160, que liga a BR-104, em Taquaritinga do Norte, ao Município de Jataúba, passando pelo Município de Santa Cruz do Capibaribe), Relator Deputado Augusto Coutinho – Retirado

de pauta a pedido do relator; Projeto de Lei Ordinária nº 976/2005, de autoria do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado (Ementa: Dispõe sobre Modificações no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores do Poder Judiciário e determina providências pertinentes), Relator Deputado ALF – Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 982/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a conceder o direito de uso de imóvel público, mediante prévia licitação nos termos do art. 4º. §1º, da Constituição do Estado, e artigo 2º da nos termos do art. 4º, §1º, da Constituição do Estado, e artigo 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores), Relator Deputado Adelmo Duarte — Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 983/2004, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a conceder o direito de uso de imóvel público, mediante prévia licitação, nos termos do art. 4º, §1º, da Constituição do Estado, e artigo 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com suas alterações costeriores). Relator Deputado Runo Araújico — Na ausênção do posteriores), Relator Deputado Bruno Araújo - Na ausência do Deputado Bruno Araújo, foi designado o Deputado Adelmo Duarte para relatar – Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 984/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a conceder o direito de uso de imóvel público Estado de Pernambuco a conceder o direito de uso de imóvel publico, mediante prévia licitação, nos termos do art. 4º, §1º, da Constituição do Estado, e artigo 2º da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores), Relator Deputado Augusto César – Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 990/2005, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Modifica a Lei nº 0.000 de control d 12.777, de 23 de março de 2005, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores efetivos da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco), Relator Deputado ALF - Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 991/2005, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Altera o § 2º do art. 4º da Lei Estadual nº Mesa Diretora (Ementa: Altera o § 2º do art. 4º da Lei Estadual nº 10.707, de 08 de janeiro de 1992), Relator Deputado ALF – Aprovado por unanimidade; Subemenda Supressiva nº 01, apresentada pela Mesa Diretora (Ementa: Suprime expressão constante do artigo 1º do Substitutivo n.º 01 ao Projeto de Resolução n.º 509/2004), ao Substitutivo nº 01, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Resolução nº 509/2004), ao Projeto de Resolução nº 509/2004), ao Projeto de Resolução nº 509/2004, ao P 509/2004, de autoria do Deputado Nelson Pereira (Ementa: Disciplina a concessão do Título Honorífico de Cidadão de Pernambuco e dá outras providências). Relator Deputado Augusto Coutinho - Retirado outras providências), Relator Deputado Augusto Coutinho – Retirado de pauta pedido do relator; Subemenda Modificativa nº 02, apresentada pela Mesa Diretora (Ementa: Modifica a redação do inciso I do art. 3º, do Substitutivo nº 01 ao Projeto de Resolução n.º 509/2004), ao Substitutivo nº 01, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Resolução nº 509/2004), ao Projeto de Resolução nº 509/2004, ao Projeto de Resolução nº 509/2004, Repeira (Ementa: Disciplina a concessão do Título Honorifico de Cidadão de Permambuco e dá outras providências). Relator Deputado Augusto Pernambuco e dá outras providências), Relator Deputado Augusto Coutinho - Retirado de pauta a pedido do relator; Subemenda Modificativa nº 03, apresentada pela Mesa Diretora (Ementa: Modifica a redação do inciso VI do art. 5º, do Substitutivo n.º 01 ao projeto de resolução n.º 509/2004), ao Substitutivo nº 01, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Resolução nº 509/2004), ao Projeto de Resolução nº 509/2004, de autoria do Deputado Nelson Pereira (Ementa: Disciplina a concessão do Título Honorífico de Cidadão de Pernambuco e dá outras providências), Relator Deputado Augusto Coutinho – Retirado de pauta pedido do relator; Emenda Modificativa nº 01, apresentada pelo Deputado Guilherme Uchoa Resolução n.º 509/2004), ao Substitutivo nº 01, apreser (Ementa: Altera o parágrafo 3º do Art. 11 da Lei nº 12.594, de 03 de junho de 2004), ao Projeto de Lei Ordinária nº 953/2005 (Ementa: Altera a Lei nº 12.594, de 03 de junho de 2004), de autoria do Tribunal de Contas.), Relator Deputado Sebastião Oliveira Júnior – Rejeitada de Contas.), Relator Deputado Sebastião Oliveira Júnior – Rejeitada por maioria – Votos favoráveis à rejeição: Deputados Adelmo Duarte, Aurora Cristina, Jacilda Urquisa, Roberto Liberato e Sebastião Oliveira Júnior (relator) – Votos contrários à rejeição: Deputados Augusto César e José Queiroz; Emenda Modificativa nº 02, apresentada pelo Deputado Augusto César (Ementa: Modifica o anexo I do Projeto de Lei Complementar nº 946/205 do Poder Executivo), ao Projeto de Lei Complementar nº 946/205 (Ementa: Unifica as matrizes de vencimenta hase dos grados que indica altera estrutura de vencimento base dos órgãos que indica, altera estrutura de remuneração, e dá outras providências), de autoria do Governador do Estado, Relator Deputado Sebastião Oliveira Júnior - Aprovada por unanimidade; Emenda Modificativa nº 03, apresentada pelo Deputa unanimidade; Emenda Modificativa nº 03, apresentada pelo Deputado Augusto César (Ementa: Modifica o artigo 7º, do Projeto de Lei Complementar 946/2005 de autoria do Poder Executivo), ao Projeto de Lei Complementar nº 946/2005 (Ementa: Unifica as matrizes de vencimento base dos órgãos que indica, altera estrutura de remuneração, e dá outras providências), de autoria do Governador do Estado, Relator Deputado Sebastião Oliveira Júnior — Aprovada por unanimidade; Emenda Modificativa nº 04, apresentada pelo Deputado Augusto César (Ementa: Modifica os artigos 1º e 2º, do Projeto de Lei Complementar 946/2005 de autoria do Poder Executivo), ao Projeto de Lei Complementar 99 946/2005 de autoria do Governador do de Lei Complementar nº 946/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Unifica as matrizes de vencimento base dos órgãos Estado (Ementa: Unifica as matrizes de vencimento base dos órgãos que indica, altera estrutura de remuneração, e dá outras providências), Relator Deputado Sebastião Oliveira Júnior – Aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerou os trabalhos e convocou a próxima reunião ordinária para o dia 21 do mês de junho do ano em curso, às dez horas. Do que, para constar, Eu, Paulo Roberto Fernandes Pinto Júnior, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou resealvas ressalvas.

> DEPUTADO ALF Presidente em exercício da CCLJ

Deputada Jacilda Urquisa Deputado José Queiroz Deputado Sebastião Oliveira Júnio

Deputado Adelmo Duarte Deputada Aurora Cristina Deputado Roberto Liberato

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO DE 2005.

Às dez horas do dia vinte e um do mês de junho do ano de dois mil e cinco, no Plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado ALF, reuniram-se os Deputados Augusto Coutinho, Jacilda Urguisa e Sebastião Oliveira Júnior, membros efetivos, e os Deputados Adelmo Duarte, Augusto César, Araújo, Lourival Simões e Roberto Liberato, membros sup ar. Brunc ado o *quorum* regimental, o Presidente declarou aberta a e passou à leitura da ata da reunião anterior, que, não tendo reunião e passou à leitura da ata da reunião anterior, que, não tendo sofrido qualquer impugnação, foi dada por aprovada. Em seguida, o

Presidente passou à distribuição das proposições, cujo resultado foi o seguinte: Projeto de Lei Ordinária nº 992/2005, de autoria do Deputado Pedro Eurico (Ementa: Disciplina, para fins de segurança pública, regras dirigidas a condutores e passageiros de motocicl motonetas e cliclomotores e dá outras providências), distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa; Projeto de Lei Ordinária nº 993/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a renovar a cessão de uso do imóvel que indica, e dá outras providências), distribuído para o Deputado Augusto Coutinho outras providências), distribuído para o Deputado Augusto Coutinho; Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências); distribuído para o Deputado Augusto César; Projeto de Lei Ordinária nº 995/2005, de autoria do Deputado Nelson Pereira (Ementa: Dispõe sobre procedimentos de segurança na emissão de receituários e carimbos para uso de médico e cirurgião-dentista), distribuído para o Deputado Sebastião Oliveira Líticio: Projeto de Resolução nº 996/2005 de autoria do Deputado Júnior; Projeto de Resolução nº 996/2005, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Concede Medalha Joaquim Nabuco Classe António Moraes (Ementa: Concede Medalha Joaquim Nabuco Classe Ouro, à Empresa L. Priori), distribuído para o Deputado Bruno Araújo; Substitutivo nº 01, apresentado pela Comissão de Administração Pública (Ementa: Altera a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 885/2005), ao Projeto de Lei Ordinária nº 885/2005, de autoria do Deputado Izaías Régis (Ementa: Estabelece normas referentes às práticas comerciais, bancárias e financeiras que envolvam negativa de outorga de crédito ao consumidor), distribuído para o Deputado Lucivial Simbes por dependência: Subemenda Modificativa nº 01. Lourival Simões, por dependência; Subemenda Modificativa nº 01, apresentada pela Comissão de Administração Pública (Ementa: Modifica a numeração dos incisos do art. 2º, do Substitutivo nº 01/2005, ao Projeto de Lei Ordinária nº 886/2005), ao Substitutivo nº 01, proposto pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça 01, proposto pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 886/2005, de autoria do Deputado Augusto Coutinho (Ementa: Cria o Selo de Responsabilidade Social Estadual), distribuída para a Deputada Jacilda Urquisa, por dependência. Em seguida, o Presidente passou à discussão das proposições, cujo resultado foi o seguinte: Projeto de Lei Ordinária nº 915/2005, de autoria do Deputado Manoel Ferreira (Ementa: Dispõe sobre a evigência no ator da matrícula de alunos a (Ementa: Dispõe sobre a exigência, no ato da matrícula de alunos a rede pública estadual de ensino, a apresentação de uma certidão de antecedentes criminais e dá outras providências). Relator Deputado antecedentes criminais e dá outras providências), Relator Deputado Augusto César – Retirado de pauta por deliberação da Comissão; Projeto de Lei Ordinária nº 963/2005, de autoria do Deputado Sebastião Rufino (Ementa: Declara de utilidade pública o Centro Espírita Vicente de Paulo), Relator Deputado Pedro Eurico - Na ausência do Deputado Pedro Eurico, foi designada a Deputado Jacilda Urquisa para relatar – Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 969/2005, de autoria da Deputada Teresa Leitão (Ementa: Altera a redação do § 1º do art. 10, do art. 13, do caput e do inciso I do art. 21 e acrescenta art. 39, todos da Lei nº 12.280, de 11 de povembro de 2002 e dá outras providências). Relator Deputado de novembro de 2002, e dá outras providências), Relator Deputado Augusto Coutinho – Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 970/2005, de autoria da Deputada Ceça Ribeiro (Ementa: Ordinária nº 970/2005, de autoria da Deputada Ceça Ribeiro (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas prestadoras do serviço de telefonia fixa, no âmbito do Estado de Pernambuco, a sinalizarem os terminais de uso público), Relator Deputado Augusto César – Retirado de pauta a requerimento do relator; Projeto de Lei Ordinária nº 971/2005, de autoria do Deputado Izalas Régis (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar placa de advertência sobre o uso inadequado de anabolizante para a saúde dos humanos nas dependências de academias de quinástica clubes esportiyos que dependências de academias de ginástica, clubes esportivos ou similares no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências); Relator Deputado Bruno Araújo - Rejeitado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 980/2005, de autoria do unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 980/2005, de autoria do Deputado Izaías Régis (Ementa: Veda aos estabelecimentos comerciais a exigência de tempo mínimo de abertura de conta corrente para aceitação de cheques como forma de pagamento); Relatora Deputada Jacilda Urquisa – Rejeitado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 987/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica e dá outras providências), Relator Deputado Sebastião Oliveira Júnior - Aprovado por unanimidade; Subemenda Supressiva nº 01. a presentada pela Mesa Diretora Subemenda Supressiva nº 01, apresentada pela Mesa Diretora (Ementa: Suprime expressão constante do artigo 1º do Substitutivo n. 01 ao Projeto de Resolução nº 509/2004), ao Substitutivo nº 01 01 ao Projeto de Resolução nº 509/2004), ao Substitutivo nº 01, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Resolução nº 509/2004), ao Projeto de Resolução nº 509/2004, de autoria do Deputado Nelson Pereira (Ementa: Disciplina a concessão do Título Honorífico de Cidadão de Pernambuco e dá outras providências), Relator Deputado Augusto Coutinho - Aprovado por unanimidade; Subemenda Modificativa nº 02, apresentada pela Mesa Diretora (Ementa: Modifica a redação do inciso I do art. 3º, do Substitutivo n.º 01 ao projeto de Resolução nº 509/2004), ao Substitutivo nº 01, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Resolução nº apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Resolução nº 509/2004), ao Projeto de Resolução nº 509/2004, de autoria do Deputado Nelson Pereira (Ementa: Disciplina a concessão do Título Honorífico de Cidadão de Pernambuco e dá outras providências), Relator Deputado Augusto Coutinho - Aprovado por unanimidade; Subemenda Modificativa nº 03, apresentada pela Mesa Diretora (Ementa: Modifica a redação do inciso VI do art. 5º, do Substitutivo nº 01 ao projeto de Resolução nº 509/2004), ao Substitutivo nº 01, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Resolução nº 509/2004, de autoria do 509/2004), ao Projeto de Resolução nº 509/2004, de autoria do Deputado Nelson Pereira (Ementa: Disciplina a concessão do Título Honorífico de Cidadão de Pernambuco e dá outras providências) Honorifico de Cidadão de Pernambuco e dá outras providências), Relator Deputado Augusto Coutinho - Aprovado por unanimidade; Veto Parcial, aposto pelo Governador do Estado, ao Projeto de Lei Ordinária nº 537/2004, de autoria da Deputada Teresa Leitão (Ementa: Institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Pernambuco), Relator Deputado Roberto Liberato – Veto mantido por maioria – Votos favoráveis à manutenção. Deputados Adelmo Duarte, Augusto Coutinho, Bruno Araújo, Jacilda Urquisa, Lourival Simões, Roberto Liberato (relator) e Sebastião Oliveira (Jínior – Voto contrátio à manutenção: Deputado Augusto Oliveira Júnior - Voto contrário à manutenção: Deputado Augusto César. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encere trabalhos e convocou a próxima reunião ordinária para o dia 28 do mês de junho do ano em curso, às dez horas. Do que, para constar, Eu, Paulo Roberto Fernandes Pinto Júnior, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou

DEPUTADO ALF

Deputado Augusto Coutinho Deputada Jacilda Urquisa Deputado Sebastião Oliveira Júnior

putado Adelmo Duarte Deputado Augusto César Deputado Roberto Liberato ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINIS-TRAÇÃO PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2005.

Aos 11 (onze) dias do mês de maio de 2005, no recinto do F III, localizado no 2º andar do Anexo I ao Palácio Joaquim Nabuco, às 9h30 (nove horas e trinta minutos), nos termos regimentais e em obediência à convocação por Edital do Presidente deste Colegiado Técnico, reuniram-se sob a presidência do Deputado José Queiroz, os Deputados: Aurora Cristina, Maviael Cavalcanti, Teresa Leitão, Deputados: Aurora Cristina, Maviael Cavalcanti, Teresa Leitão, membros titulares e Nelson Pereira, membro suplente. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a reunião, distribuindo os seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 930/2005, da Deputada Malba Lucena, relator Deputado Betinho Gomes; Projeto de Lei Ordinária nº 932/2005, do Poder Executivo, relatora Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 933/2005, do Poder Executivo, relatora Deputada Aurora Cristina; Projeto de Lei Ordinária nº 934/2005, do Poder Executivo, relatora Deputado Maviael Cavalcanti; Projeto de Lei Ordinária nº 935/2005, do Poder Executivo. relatora Deputada Aurora Cristina: Projeto de Lei Ordinária nº 936/2005, da Deputada Carla Lapa, relatora Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 937/2005, do Poder Executivo, relator Projeto de Lei Ordinaria nº 937/2005, do Poder Executivo, relator Deputado Maviael Cavalcanti; Projeto de Lei Ordinária nº 938/2005, do Deputado Izaías Régis, relatora Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 939/2005, do Deputado Manoel Ferreira, relator Deputado Maviael Cavalcanti; Projeto de Lei Ordinária nº 940/2005, do Deputado Ricardo Teobaldo, relatora Deputada Aurora Cristina. Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Presidente pôs em discussão os seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 928/2005, de autoria do Poder Executivo, relatora Deputada Teresa Leitão, que pediu prazo para apresentar seu parecer, concedido pelo Presidente; Subemenda n°01/2005, da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, ao Substitutivo n° 01/2005, da Comissão de Constituição Legislação e Substitutivo nº 01/2005, da Comissão de Constituição Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 724/2004, do Deputado Betinho Gomes, relator Deputado Maviael Cavalcanti, aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, marcando outra para o dia 18 de maio, às 9h30 (nove horas e trinta minutos), do corrente ano. Do que, para tudo constar, foi lavrada e digitada a presente Ata, que vai por todos assinada sem emendas, rasuras ou ressalvas

Recife, 11 de maio de 2005.

DEPUTADO JOSÉ QUEIROZ

TITULARES:

SUPLENTES: Deputado Nelson Pereira

# ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRA-ÇÃO PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 08 DE JUNHO DE 2005.

Aos 08 (oito) dias do mês de junho de 2005, no recinto do Plenarinho III, localizado no 2º andar do Anexo I ao Palácio Joaquim Nabuco, às 9h30 (nove horas e trinta minutos), nos termos regimentais e em obediência à convocação por Edital do Presidente deste Colegiado Técnico, reuniram-se sob a presidência do Deputado José Queiroz, os Deputados: Aurora Cristina, Betinho Gomes, membros titulares, e o Sebastião Oliveira Júnior, membro suplente. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a reunião, distribuindo os seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 972/2005, do Poder Executivo, relator Deputado Maviael Cavalcanti; Projeto de Lei Ordinária nº 975/2005, do Deputado Antônio Figueiróa, relatora Deputado Aurora Cristina; Projeto de Lei Ordinária nº 976/2005, do Nabuco, às 9h30 (nove horas e trinta minutos), nos termos Deputada Aurora Cristina; Projeto de Lei Ordinária nº 976/2005, do Poder Judiciário, relator Deputado Betinho Gomes; Projeto de Lei Complementar nº 977/2005, do Poder Judiciário, relator Deputado Complementar nº 977/2005, do Poder Judiciário, relator Deputado Betinho Gomes; Projeto de Lei Ordinária Nº 978/2005, do Poder Executivo, relatora Deputada Aurora Cristina; Projeto de Lei Ordinária Nº 979/2005, do Poder Executivo, relator Deputado Maviael Cavalcanti; Projeto de Lei Ordinária nº 980/2005, do Deputado Izaías Régis, relatora Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária Nº 981/2005, do Deputado Ettore Labanca, relator Deputado Maviael Cavalcanti; Projeto de Lei Ordinária Nº 982/2005, do Poder Executivo, relator Deputado Maviael Cavalcanti; Projeto de Lei Ordinária N° 983/2005, do Poder Executivo, relator Deputado Maviael Cavalcanti; Projeto de Lei Ordinária N° 983/2005, do Poder Executivo, relator Deputado Maviael Cavalcanti; Projeto de Lei Ordinária N° 984/2005, do Poder Executivo, relator Deputado Maviael Cavalcanti; Projeto de Lei Ordinária N° 984/2005, do Poder Executivo, relator Deputado Maviael Cavalcanti; Projeto de Lei Maviael Cavalcanti; Projeto de Lei Ordinária Nº 984/2005, do Poder Executivo, relator Deputado Maviael Cavalcanti; Projeto de Lei Ordinária nº 985/2005, da Deputada Malba Lucena, relatora Deputada Aurora Cristina. Em Extra-Pauta distribuiu o Projeto de Lei Ordinária nº 987/2005, do Poder Executivo, relator Deputado Maviael Cavalcanti. Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Presidente pôs em discussão os seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 885/2005, de autoria do Deputado Izaías Régis, relator Deputado Betinho Gomes, aprovado por unanimidade; Substitutivo nº 01/2005, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 886/2005, do Deputado Augusto Coutinho, relator Deputado Betinho Gomes, aprovado por Augusto Coutinho, relator Deputado Betinho Gomes, aprovado por unanimidade. Em Extra-Pauta, formam discutidos os seguintes Projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 979/2005, do Poder Executivo relator Deputado Maviael Cavalcanti, aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 953/2005, do Tribunal de Contas do Projeto de Lei Ordinaria nº 953/2005, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, relator Deputado Betinho Gomes, aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 954/2005, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, relator Deputado Betinho Gomes, aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 955/2005, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, relator Destados Destados Companya de Contas do Estado de Pernambuco, relator Destados Destados Companya de Contas do Estado de Pernambuco, relator Destados Destados Companya de Contas do Estado de Pernambuco, relator Destados Destados Companya de Contas do Estado de Pernambuco, relator Destados Destados Companya de Contas do Estado de Pernambuco, relator Destados Destados Companya de Contas do Estado de Pernambuco, relator Destados Destados Companya de Contas do Estado de Pernambuco, relator Destados Destados Destados de Contas do Estado de Pernambuco, relator Destados Dest Deputado Betinho Gomes, aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 956/2005, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, relator Deputado Betinho Gomes, aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, marcando outra para o dia 15 de junho, às 9h30 (nove horas e trinta minutos), do corrente ano. Do que, para tudo constar, foi lavrada e digitada a presente Ata, que vai por todos assinada sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Recife, 08 de junho de 2005.

DEPUTADO JOSÉ QUEIROZ

TITULARES: rora Cristina Deputado Betinho Gomes

SUPLENTES: Deputado Nelson Pereira